

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

CNPJ Nº 33.657.248/0001-89

SISTEMA BNDES

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – SISTEMA BNDES 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Senhor acionista e demais interessados:

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Sistema BNDES relativas ao exercício de 2014, segundo as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

I. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No cenário externo, o ano de 2014 foi marcado pela confirmação da recuperação ainda que tímida da economia americana, com indicadores de crescimento econômico e mercado de trabalho apontando para resultados consistentemente positivos. Em termos anuais o crescimento do PIB em 2014 foi de 2,4% (contra 2,2% em 2013). A melhoria do mercado de trabalho ao longo dos dois últimos trimestres completa o cenário favorável. A taxa de desemprego manteve a tendência de queda desde fins de 2009, alcançando 5,8% em novembro e 5,6% em dezembro, o menor valor desde julho de 2008.

A Zona do Euro apresentou em 2014 uma reversão positiva em suas taxas de crescimento, que avançaram de uma queda de 0,5% em 2013 para uma expansão de 0,8% em 2014. No entanto, a recuperação efetiva da região parece condicionada à possibilidade de se acelerar a demanda, em especial os investimentos. Neste sentido, cabe destacar a atuação do Banco Central Europeu, visando, simultaneamente, dar liquidez ao sistema bancário e estancar a possibilidade de um processo deflacionário e, estimular as condições de crédito da economia com medidas de afrouxamento monetário (dentre as mais destacadas a redução da taxa básica de juros da economia, de 0,25% a.a. para 0,15% a.a., e o estabelecimento de uma taxa negativa para os depósitos em excesso das instituições financeiras junto à autoridade monetária). Dessa forma, espera-se dar alguma sustentação à recuperação da atividade econômica, revertendo o quadro de elevado desemprego que se instaurou em algumas economias da região. Recentemente, em adição ao programa direcionado de recompras de longo prazo – *Targeted longer-term refinancing operations (TLTRO)* –, o BCE passou a executar programas de aquisição de títulos lastreados por ativos (*covered bonds* e *asset-backed securities*), e a implementar, a partir de janeiro de 2015, um programa ampliado de aquisições que incluía também títulos públicos.

Desde o final de 2014, esperava-se um programa consistente de afrouxamento quantitativo do Banco Central Europeu para região, fato esse que se confirmou em meados de jan/15. Pelo menos até set/2016, a autoridade monetária irá injetar cerca de € 60 bilhões na economia mediante a compra de títulos soberanos e das instituições supranacionais europeias.

Por outro lado, a economia chinesa seguiu com sinais claros de desaceleração, apresentando no 4º trimestre de 2014, um crescimento de 7,3% contra 7,7% em 2013. A produção industrial do país apresenta uma sensível redução, passando de um crescimento anual de 9,7% para 7,9% no mesmo período, refletindo no comportamento das importações, cuja expansão anual variou de 7,3% para apenas 0,7% em 2014.

Finalmente, cabe destacar o desempenho negativo da economia argentina, que viveu em 2014 uma nova crise cambial, com efeitos sobre a retração da atividade econômica (queda estimada de 0,4% no PIB) e, especialmente, nas importações que sofreram um decréscimo de 11,4% no ano passado.

No Brasil, o saldo comercial apresentou um déficit de US\$ 3,9 bilhões, o primeiro resultado negativo desde 2000, com exportações de US\$ 225,1 bilhões e importações de US\$ 229,0 bilhões. O fator preponderante para esta reversão foi a queda mais acentuada das exportações (7,0%) do que das importações (4,5%) em relação ao ano de 2013. A queda das exportações em 2014 pode ser atribuída a dois fatores principais: (i) queda dos preços das commodities exportadas pelo país, especialmente minério de ferro; e (ii) a desaceleração da atividade econômica dos principais parceiros comerciais, especialmente China e Argentina.

A inflação medida pelo IPCA fechou 2014 em 6,41%, portanto, dentro da meta, sendo os principais fatores que contribuíram para este resultado: i) a persistência da inflação do setor de Serviços, que é caracterizada fortemente por seu componente inercial; e ii) os preços administrados, devido à correção de tarifas públicas com preços defasados.

Depois de registrar crescimento de 2,5% em 2013, a economia brasileira enfrentou diversos choques, que tiveram repercussões em sua dinâmica de crescimento. O crescimento estimado para 2014 é de apenas 0,1%. Em primeiro lugar, houve continuidade do ciclo de aperto monetário iniciado em abril de 2013 pelo Banco Central, que contribuiu para desaquecer a economia. Somado a isso, tivemos uma retração de parceiros comerciais importantes, como a Argentina, que prejudicou o desempenho da produção industrial. Finalmente, o mercado de trabalho parou de avançar no que diz respeito às ocupações, que, segundo o IBGE, registraram um decréscimo de 0,1% ao longo do ano. Assim, os índices de confiança e expectativas empresariais e do consumidor continuaram a prejudicar a economia e, principalmente, os investimentos, possivelmente intensificados pelas incertezas relacionadas ao acirrado ciclo eleitoral e aquelas relativas ao fornecimento de água e energia, que, ao longo do ano, se configuraram riscos adicionais para a economia brasileira.

II. DESTAQUES EM 2014

- Adesão ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)
- Parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para promoção de seminários de crédito pelo Brasil
- 1ª reunião de trabalho do Fórum de Diálogo entre o BNDES e a Sociedade Civil, sob o tema "Transparência e Acesso à Informação"
- Concurso Público de Arquitetura para o Anexo do Edifício de Serviços do BNDES no Rio de Janeiro (EDSERJ)
- Prêmio Brasil Design Award (BDA 2014)
- Medalha do Mérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT 2014)
- Prêmio Empresário Amigo do Esporte

III. ESTATÍSTICAS OPERACIONAIS

Nova Política Operacional 2014

Em 2014, entrou em vigor uma nova política operacional, mais simples e ágil, e em linha com a principal diretriz do BNDES: fomento de investimentos.

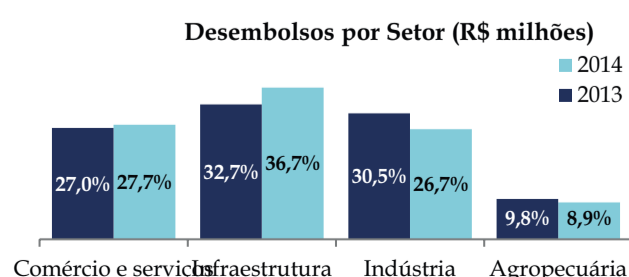
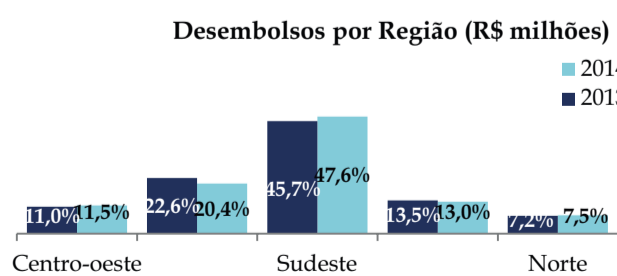
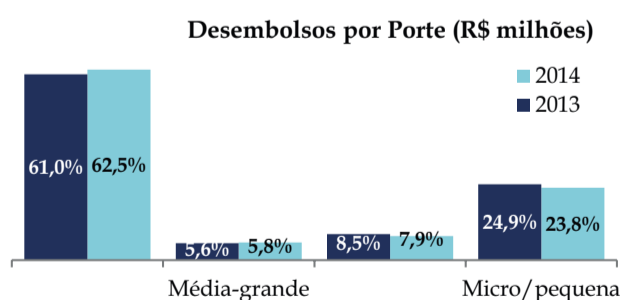
De maneira geral, a nova política operacional estabeleceu: (i) menores custos financeiros e maior nível de participação do BNDES para os setores prioritários como infraestrutura logística e energética, saneamento e mobilidade urbana, projetos de modernização da gestão pública, bens de capital, setores intensivos em engenharia e conhecimento, economia criativa, inovação, serviços técnicos e tecnológicos e operações de apoio à exportação e projetos ligados ao meio ambiente, inclusão produtiva e social e ações sociais de empresas; (ii) níveis máximos de participação do BNDES em financiamentos para fomento do ingresso de outras fontes de recursos; (iii) ampliação do uso de recursos de mercado em seus financiamentos; (iv) mais possibilidades de cofinanciamento de projetos com o sistema financeiro privado por meio de debêntures; (v) condições mais favoráveis a projetos com padrões de sustentabilidade ou a empreendimentos em regiões menos desenvolvidas; e (vi) prioridade às micro, pequenas e médias empresas, cujo nível de participação do BNDES em seus projetos pode alcançar 90% (100% no BNDES PSI).

A nova política operacional ainda prorrogou a vigência do BNDES PSI (Programa de Sustentação do Investimento), principal eixo do apoio do BNDES na realização de investimentos, até o final de 2014, e manteve as melhores taxas do programa, de 4% ao ano, para projetos de inovação.

Desempenho Operacional

Os desembolsos do Sistema BNDES, desconsiderados os desembolsos ao mercado secundário, alcançaram R\$ 187.837 milhões em 2014, uma redução de R\$ 2.582 milhões (1,4%) em relação a 2013.

Perfil dos desembolsos



As unidades federativas que se destacaram em 2014, em suas respectivas regiões, foram Mato Grosso, Paraná, São Paulo, Bahia e Pará.

Os setores de material de transporte e transporte rodoviário foram os destaques em 2014, contribuindo com 23,1% e 30,5%

dos desembolsos da indústria e da infraestrutura, respectivamente.

O volume de operações passou de 1.144.262 em 2013 para 1.130.202 em 2014, acompanhando a queda no volume financeiro desembolsado. A redução das operações com micro e pequenas empresas, que passaram de 1.036.986 em 2013 para 1.014.560 em 2014, foi determinante na queda do volume total de operações em 2014.

IV. FINANCIAMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Os projetos de investimento financiados pelo BNDES têm relação direta com a geração de emprego e renda na economia, seja por consistirem em estímulos ao dinamismo da economia real, seja pela dimensão dos recursos envolvidos.

As estimativas da quantidade de trabalhadores necessários (emprego gerado ou mantido) na fase de implantação dos investimentos apoiados pelo Banco são obtidas pelo Modelo de Geração de Empregos do BNDES (MGE), um modelo insumo-produto para a economia brasileira, que utiliza dados oficiais do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, assim como a Matriz Insumo-Produto. É importante frisar que o número de postos de trabalho resultante do MGE não corresponde à geração líquida de empregos na economia, mas sim ao volume de emprego relacionado às intervenções de modo a viabilizá-las.

Emprego Gerado ou Mantido por Investimentos Apoiados

Valores acumulados (investimento em R\$ milhões e emprego em milhares)

Período	Desembolso	Investimento Total ¹	Investimento Total Gerador ²	Emprego			
				Direto	Indireto	Efeito-renda	Total
2S/13	101.865	229.889	153.552	843	754	1.724	3.322
2013	190.419	396.398	269.308	1.436	1.353	3.081	5.871
2S/14	103.781	243.058	154.976	750	738	1.662	3.149
2014	187.837	399.896	270.660	1.300	1.287	2.921	5.509

Fontes: BNDES, IBGE e FGV.

Autoria: BNDES, RJ, 2015.

¹ Consiste em uma estimativa proporcional aos desembolsos efetuados no período, correspondente à soma dos desembolsos do BNDES mais as contrapartidas dos mutuários.

² Consiste na estimativa de investimento total com potencial de geração de emprego. Desconsidera-se, por exemplo, gastos com equipamentos importados.

Em 2014 os desembolsos do Sistema BNDES somaram cerca de R\$ 187,8 bilhões e estiveram atrelados a investimentos totais da ordem de R\$ 400 bilhões (entendidos como o valor do apoio do BNDES mais as contrapartidas dos empresários). O número de empregos necessários para viabilizar esse montante de investimentos, segundo as estimativas do MGE, foi de 5,5 milhões. A queda desse indicador em relação ao resultado de 2013 (5,9 milhões), apesar dos mesmos níveis observados de volume desembolsado, investimento total e investimento total gerador, reflete em grande medida a evolução de preços em 2014. Os R\$ 270,7 bilhões correntes de investimento que entram no cálculo do modelo foram deflacionados por índices mais altos do que os R\$ 269,3 bilhões do ano anterior.

Em relação à composição por tipo de emprego, o ano de 2014 apresentou resultados similares a 2013, com 53% representados por empregos advindos do efeito-renda, 24% por empregos diretos e 23% por empregos indiretos. A média de empregos gerados ou mantidos por milhão investido na economia caiu ligeiramente de 21,8 em 2013 para 20,4 em 2014, o que significa que a distribuição dos setores impactados pelos projetos apoiados também não sofreu alterações significativas.

Os principais setores que têm a demanda final aquecida durante a fase de implantação dos investimentos apoiados pelo BNDES segundo os cálculos realizados para estimar o emprego são: i) construção civil; ii) fabricação de máquinas e equipamentos; iii) fabricação de automóveis, caminhões e ônibus; iv) fabricação de peças e outros veículos; v) serviços prestados às empresas; e vi) serviços industriais de utilidade pública. Somados, esses setores corresponderam, em 2014, a aproximadamente 90% da demanda final estimulada pelo BNDES durante a fase de implantação dos investimentos.

V. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O ano de 2014

O lucro líquido alcançou R\$ 8.594 milhões em 2014, um aumento de R\$ 444 milhões (5,4%) diante dos R\$ 8.150 milhões registrados em 2013. Esse crescimento decorreu tanto do aumento de R\$ 1.762 milhões (15,1%) do produto de intermediação financeira quanto do aumento de R\$ 413 milhões (16,8%) do resultado com participações societárias.

O ativo total encerrou 2014 em R\$ 877.219 milhões, uma alta de 12,2% em relação a 2013, suportada, principalmente, pela captação de recursos do Tesouro Nacional no montante de R\$ 60,0 bilhões. Tais recursos foram majoritariamente aplicados no orçamento de desembolsos do BNDES, o que resultou no crescimento de R\$ 85.964 milhões (15,2%) da carteira de operações de crédito e repasses, líquida de provisão para risco de crédito.

O ROA passou de 1,1% em 2013 para 1,0% em 2014 em razão do crescimento dos ativos sem acompanhamento proporcional do lucro líquido. Já o ROE, passou de 16,5% em 2013 para 13,1% em 2014 em virtude do aumento do patrimônio líquido médio em 2014, reflexo da celebração de Instrumentos Elegíveis a Capital Principal com o Tesouro Nacional, no montante de R\$ 20.539 milhões.

Principais Indicadores Econômico-Financeiros

Resultado	2014	2013	Δ(%)	2S/14	2S/13	Δ(%)
Lucro Líquido (LL)	8.594	8.150	5,4	3.122	4.889	(36,1)
Intermediação Financeira	13.449	11.688	15,1	7.358	7.482	(1,7)
Provisão para Risco de Crédito	(65)	769	(108,5)	28	(53)	(152,8)
Participações Societárias (RPS)	2.865	2.452	16,8	(838)	673	(224,5)
Despesas Tributárias	(5.360)	(4.751)	12,8	(2.268)	(2.159)	5,0
Outras Despesas, líquidas	(2.295)	(2.008)	14,3	(1.158)	(1.056)	9,7

Posição Financeira	dez/14	dez/13	Δ(%)	dez/14	jun/14	Δ(%)
Ativo Total (AT)	877.219	782.043	12,2	877.219	814.364	7,7
Operações de Crédito e Repasses, líquida (CC)	651.207	565.243	15,2	651.207	588.263	10,7
Participações Societárias	63.360	87.813	(27,8)	63.360	84.155	(24,7)
Sociedades Não Coligadas	45.031	69.830	(35,5)	45.031	66.014	(31,8)
Sociedades Coligadas	16.246	15.820	2,7	16.246	15.883	2,3
Outros Investimentos	2.083	2.163	(3,7)	2.083	2.258	(7,8)
Títulos e Valores Mobiliários	106.974	88.978	20,2	106.974	96.620	10,7
Créditos perante o Tesouro Nacional	26.163	17.482	49,7	26.163	21.598	21,1
Outros Ativos	23.577	21.980	7,3	23.577	20.991	12,3
Tesouro Nacional	470.676	413.163	13,9	470.676	433.180	8,7
FAT/PIS-Pasep	229.077	209.835	9,2	229.077	226.077	1,3
Captações Externas	41.280	31.211	32,3	41.280	34.693	19,0
Operações Compromissadas	23.083	18.014	28,1	23.083	1.751	1.218,3
Debêntures BNDESPAR	8.669	5.911	46,7	8.669	3.861	124,5
Outras Obrigações	38.158	43.283	(11,8)	38.158	40.671	(6,2)
Patrimônio Líquido (PL)	66.276	60.626	9,3	66.276	74.131	(10,6)
PL/AT	7,6%	7,8%	(0,2)	7,6%	9,1%	(17,0)

Limites Prudenciais	dez/14	dez/13	dez/14	jun/14
Índice de Basileia	15,9%	18,7%	15,9%	18,4%
Índice de Capital Principal	10,6%	10,4%	10,6%	12,3%
Índice de Capital Nível 1	10,6%	12,5%	10,6%	12,3%

Índices Financeiros (%)	dez/14	dez/13	dez/14	jun/14
Inadimplência / Carteira Total (CC)	0,01%	0,01%	0,01%	0,07%
Provisão / Carteira Total (CC)	0,49%	0,56%	0,49%	0,56%
Índice de Cobertura ¹	36,0	46,4	36,0	7,7

Rentabilidade	2014	2013	2S/14	2S/13
ROA (Retorno sobre ativos)	1,03%	1,10%	0,39%	0,69%
ROE (Retorno sobre patrimônio líquido)	13,05%	16,51%	4,87%	1,13%

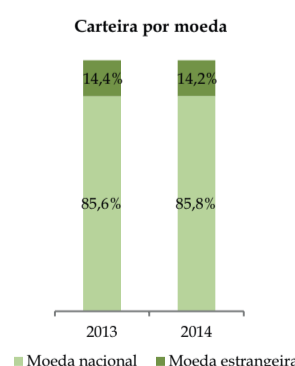
¹ Provisão / créditos inadimplentes

Operações de crédito e repasses

Compreende os financiamentos concedidos pelo BNDES de forma direta, caso das operações de crédito, ou de forma indireta, por meio de instituição financeira credenciada, caso das operações de repasses.

A carteira de operações de crédito e repasses, líquida de provisão para risco de crédito de R\$ 3.177 milhões, totalizou R\$ 651.207 milhões em 31 de dezembro de 2014 e representava 74,2% do ativo total na mesma data.

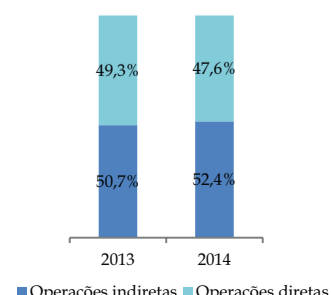
Perfil da carteira bruta de crédito e repasses



O crescimento de 13,9% da carteira em moeda estrangeira foi influenciado pela valorização de 13,4% do Dólar entre 2013 e 2014. O crescimento de 15,3% da carteira em moeda nacional foi influenciado pelas operações no âmbito do BNDES PSI (Programa de Sustentação do Investimento).

Carteira por tipo de operação

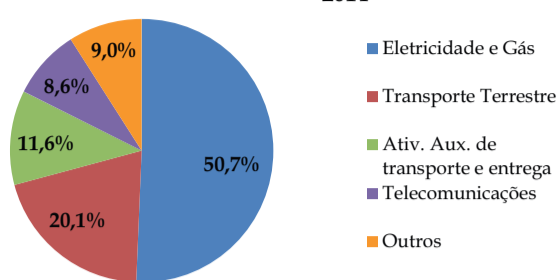
A carteira de crédito encontra-se historicamente dividida entre operações diretas e indiretas, com pequena preponderância das operações indiretas.



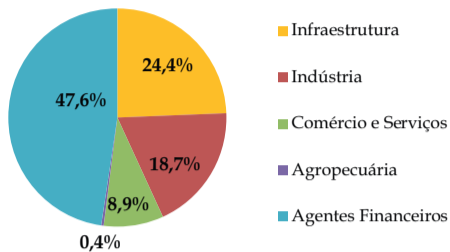
Carteira bruta de crédito e repasses por setor

Os gráficos abaixo apresentam a carteira de operações diretas segregada entre os setores de infraestrutura, indústria, comércio e serviços e agropecuária, e carteira de operações indiretas, representadas pelos agentes financeiros.

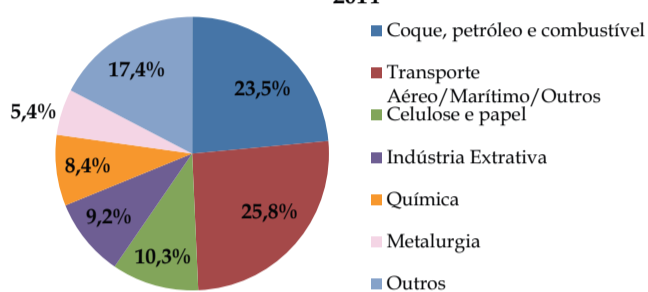
Distribuição Infraestrutura 2014



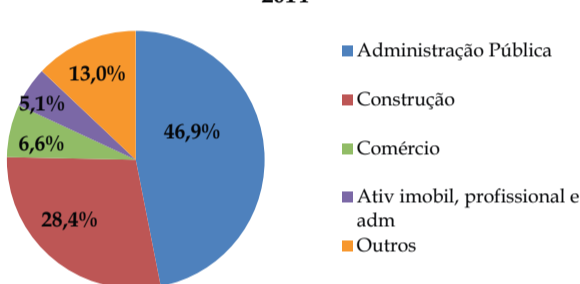
Distribuição Setorial 2014



Distribuição Indústria 2014



Distribuição Comércio e Serviços 2014



Qualidade da carteira de crédito e repasses

O BNDES monitora continuamente a qualidade de sua carteira de crédito, com a finalidade estratégica de aperfeiçoar a gestão de riscos e retornos. Os financiamentos concedidos são objeto de acompanhamento permanente e demandam garantias que cubram a posição devedora ao longo da vida dos contratos.

A classificação da carteira de crédito e repasses por nível de risco segue a Resolução CMN 2.682/99, que determina a classificação dos créditos entre os níveis AA, menor risco, e H, maior risco, e o percentual de provisão a ser constituído para cada nível.

Qualidade da carteira de crédito e repasses

31 de dezembro de 2014

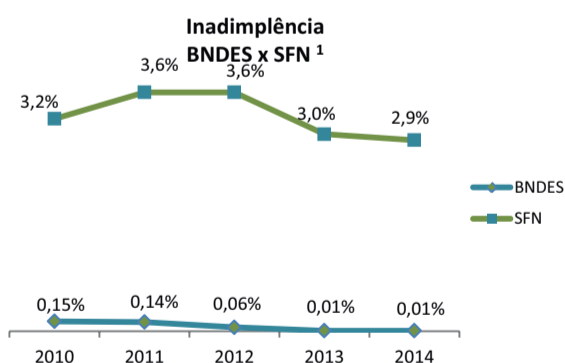
Classificação de Risco	Sistema BNDES	SFN ^{1,2}	Instituições Financeiras Privadas ²		Instituições Financeiras Públicas ²	
AA - C	99,7%	93,2%	92,0%	94,2%		
D - G	0,2%	4,2%	4,9%	3,7%		
H	0,1%	2,6%	3,1%	2,1%		
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		

¹ Sistema Financeiro Nacional

² Fonte: BACEN

O crescimento da carteira de operações de crédito e repasses em 2014 não implicou na deterioração do perfil de crédito da carteira, dado que a participação dos créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, ficou em 99,7% da carteira total em 31 de dezembro de 2014, percentual superior aos 93,2% registrados pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN) na mesma data, e mesmo percentual registrado em 2013, de 99,7%.

A taxa de inadimplência atingiu 0,01% em 31 de dezembro de 2014, igualando a menor taxa histórica do BNDES, registrada em 31 de dezembro de 2013. Essa redução em relação a períodos anteriores, aliada à elevação do saldo da carteira de crédito e à manutenção de sua qualidade, contribuiu para queda da relação entre provisão e saldo devedor, que atingiu 0,49% em 2014.

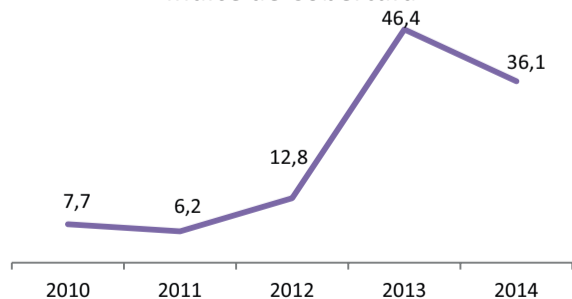


A baixa inadimplência reflete a gestão e a qualidade da carteira de crédito e repasses, acima da média do SFN, a consistência das políticas operacionais do BNDES e, sobretudo, o papel do BNDES como banco de desenvolvimento: a concessão de financiamento com taxas de juros e prazos compatíveis aos projetos de longa maturação. O volume de renegociações realizadas pelo BNDES durante 2014, que equivale a 0,7% da carteira em 31 de dezembro, é mais um indicador que confirma essa qualidade.

Entre 2010 e 2014, os índices de inadimplência do BNDES se mantiveram em patamares inferiores aos registrados pelo SFN, a despeito de o BNDES adotar critério mais conservador na classificação dos créditos como inadimplentes: enquanto o SFN considera inadimplente o crédito vencido há mais de 90 dias, o BNDES adota prazo inferior, de 30 dias.

O índice de cobertura, que representa o número de vezes que a provisão para risco de crédito é capaz de cobrir os créditos inadimplentes, alcançou 36,0 em 2014, um dos maiores da série desde 2009.

Índice de Cobertura¹



Títulos e valores mobiliários

Composta, basicamente, por debêntures e títulos públicos, que representavam 17,3% e 79,7%, respectivamente, da carteira de TVM em 31 de dezembro de 2014.

A fim de compor o *funding* capaz de atender a sua demanda de desembolsos, o BNDES capta recursos, sob a forma de títulos públicos, do Tesouro Nacional. Em 2014, ingressaram R\$ 60 bilhões, parcialmente utilizados para execução do orçamento de desembolsos, que resultaram em um saldo de R\$ 85.226 milhões em 2014.

As debêntures representam uma das formas de apoio do BNDES às empresas. A carteira, que compreende tanto debêntures simples como debêntures conversíveis/permutáveis, alcançou R\$ 18.531 milhões em 2014, um aumento de R\$ 2.615 milhões (16,4%) diante de 2013.

Resultado de intermediação financeira

É o resultado da aplicação de recursos nas carteiras de crédito e repasses e de títulos e valores mobiliários.

O resultado de intermediação financeira atingiu R\$ 13.449 milhões em 2014, um aumento de R\$ 1.761 milhões (15,1%) diante de 2013, explicado pelo crescimento da carteira de crédito, da gestão dos recursos de tesouraria e da redução do custo médio

de captação de recursos do Tesouro Nacional.

A redução do custo médio de captação de recursos do Tesouro Nacional decorreu de renegociações de contratos realizadas em 2013 e 2014 visando adequar o perfil da dívida do BNDES ao de sua carteira de crédito.

Em 2014 foi registrada despesa com provisão para risco de crédito de R\$ 65 milhões, resultado este substancialmente inferior à receita de R\$ 769 milhões em 2013, quando foi registrada receita com recuperações de crédito de R\$ 694 milhões.

Participações societárias

Compreendem, basicamente, ações aportadas como capital no BNDES pela União e participações societárias de caráter minoritário e transitório que buscam apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais, bem como fortalecer e modernizar o mercado de capitais brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2014, do total da carteira de participações societárias, 71,1% representavam investimentos em sociedades não coligadas, 25,6%, em sociedades coligadas, e os 3,3% restantes em cotas de fundos mútuos de investimentos e outros investimentos.

Os investimentos em sociedades coligadas, nas quais o BNDES tem poder de influência nas decisões financeiras e operacionais da investida, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo valor justo e, em casos excepcionais, pelo custo de aquisição.

A carteira de participações societárias, líquida de provisão para perdas, alcançou R\$ 63.360 milhões em 2014, uma redução de 27,8% no exercício, provocada pela desvalorização, da ordem de R\$ 22.954 milhões, da carteira de participações em sociedades não coligadas em razão, notadamente das ações da Petrobras.

Sobre o investimento na Petrobras, em 31 de dezembro de 2014, seu valor de mercado, apurado com base na cotação das ações em bolsa de valores, apresentava desvalorização em relação ao respectivo custo de aquisição. Visando quantificar a parcela não recuperável deste investimento, foi realizada análise qualitativa pela Administração, que considerou (i) as características específicas de atuação do BNDES; (ii) as características específicas do ativo; (iii) que até o momento não houve obstrução de qualquer obrigação financeira por parte do emissor deste investimento; e (iv) o valor recuperável do investimento, apurado com base em avaliação econômico-financeira.

Com base na referida análise, a Administração estimou como perda permanente no âmbito da Circular BACEN 3.068/01, o montante de R\$ 2,6 bilhões, líquidos dos efeitos tributários. Entretanto, a Resolução N° 4.175/12 do Conselho Monetário Nacional estabelece que o ajuste a valor de mercado de certas ações recebidas pelo Sistema BNDES em transferência da União para aumento de capital e classificadas na categoria "disponível para venda" deve ser apresentado em conta destacada no Patrimônio Líquido, denominada "ajuste de avaliação patrimonial", incluindo as perdas consideradas permanentes, e transitarem pelo resultado do exercício apenas quando da venda ou transferência do respectivo ativo. Consequentemente, parcela da perda de R\$ 2,6 bilhões por redução ao valor recuperável, no montante R\$ 1,0 bilhão líquido dos efeitos tributários, foi reconhecida no resultado do exercício de 2014 e R\$ 1,6 bilhão, líquido dos efeitos tributários, relativo às ações abrangidas por essa Resolução foi mantido no Patrimônio Líquido na conta de ajuste de avaliação patrimonial (Outros Resultados Abrangentes).

Resultado com participações societárias

Compreende receita com dividendos e juros sobre capital próprio (JCP), resultados com equivalência patrimonial, alienações, derivativos e fundos de investimento em participações societárias, provisão para perdas (*impairment*) e outras receitas oriundas, majoritariamente, da carteira da BNDESPAR.

O resultado com participações societárias encerrou 2014 em R\$ 2.865 milhões, um aumento de R\$ 413 milhões (16,8%) diante de 2013, em razão dos acréscimos de: (i) R\$ 816 milhões no resultado com equivalência patrimonial; (ii) R\$ 491 milhões na receita com dividendos e JCP; e de (iii) R\$ 486 milhões no resultado com alienações de TVM. Estes efeitos foram atenuados pelo aumento de R\$ 769 milhões na despesa com perdas por *impairment* e pela redução de R\$ 254 milhões no resultado com derivativos.

Na receita com dividendos e juros sobre capital próprio de R\$ 3.272 milhões em 2014, os destaques foram Petrobras, Vale/Valepar e Eletrobras, que juntas contribuíram com 85,1% da receita total (82,4% em 2013).

O resultado com equivalência patrimonial foi preponderante na composição do resultado com participações societárias em 2014, pois apresentou crescimento de R\$ 816 milhões (1.600,0%) diante de 2013.

O resultado com alienações de R\$ 1.721 milhões em 2014 foi impactado principalmente por operações envolvendo Gerdau e Oi / Telemar Participações, que contribuíram com R\$ 1.290 milhões.

A decisão de alienar investimentos considera as condições do mercado e a maturação dos investimentos da carteira. Para isso, o BNDES monitora o mercado na busca das melhores oportunidades de preço, volume e momento de venda, pois, em virtude do bom gerenciamento de seu fluxo de caixa, não necessita incorrer em perdas na alienação de investimentos para compor fluxo de caixa.

Do total de R\$ 2.814 milhões da despesa com provisão para perdas (*impairment*) registrada em 2014, R\$ 194 milhões se referem à carteira de coligadas e R\$ 2.621 milhões à carteira de não coligadas.

O decréscimo do resultado com derivativos em 2014 decorre basicamente da redução do resultado com derivativos isolados em participações societárias, por conta da variação no valor justo dos ativos subjacentes, notadamente ações com cotação em bolsa de valores.

Despesas tributárias

As despesas tributárias totalizaram R\$ 5.360 milhões em 2014, valor 12,8% superior ao registrado em 2013, de R\$ 4.751 milhões. Os tributos devidos em 2014 compreendem, em quase sua totalidade, tributos federais, como as contribuições sociais PIS-Cofins, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Outras despesas, líquidas

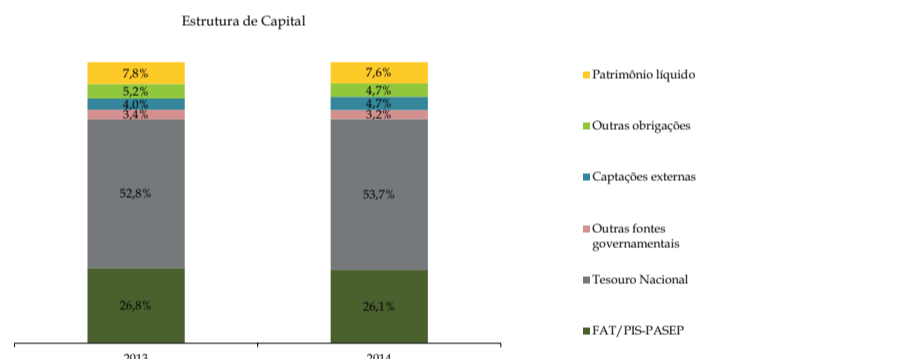
Compreende resultado com atualização monetária de ativos e passivos, despesas administrativas e com pessoal, resultado com provisões trabalhistas e cíveis, entre outros.

O aumento de R\$ 287 milhões (14,3%) em 2014 está relacionado ao crescimento de R\$ 167 milhões (9,8%) das despesas administrativas e com pessoal que decorre principalmente dos efeitos de reajuste concedidos pelo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de 2013 e promoções anuais.

Fontes de recursos

Das fontes de recursos que compõem a estrutura de capital do BNDES, destaca-se o peso das fontes governamentais, que representam parcela significativa de sua estrutura de financiamento.

Tesouro Nacional



Em 2014, sob o amparo da Lei 13.000/14, o Tesouro Nacional repassou R\$ 60,0 bilhões ao BNDES.

Desde 2010, o Tesouro Nacional é o principal credor do BNDES, sendo responsável por 53,7% do seu passivo oneroso em 31 de dezembro de 2014. O custo desses recursos está majoritariamente atrelado à TJLP.

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O saldo de recursos do FAT no BNDES era de R\$ 195,5 bilhões em 31 de dezembro de 2014. Desse total, R\$ 178,7 bilhões constituíam o saldo do FAT Constitucional e R\$ 16,8 bilhões, o saldo do FAT Depósitos Especiais. Ao longo de 2014, ingressaram no BNDES R\$ 22,3 bilhões de recursos novos oriundos do FAT, dos quais R\$ 19,8 bilhões do FAT Constitucional e R\$ 2,5 bilhões de Depósitos Especiais.

Captações externas

O saldo de captações externas encerrou 2014 em R\$ 41.280 milhões, um aumento de R\$ 10.069 milhões (32,3%) em relação a 2013 devido a:

- emissões de *bonds*: na primeira emissão, no 1º trimestre, foram emitidos *Eurobonds* no valor de R\$ 2.076 milhões (€650 milhões), com vencimento em janeiro de 2019, taxa de remuneração (cupom) de 3,625% a.a. e pagamentos anuais a partir de janeiro de 2015. Na segunda emissão, no 2º trimestre, foram emitidos *Eurobonds* no valor de R\$ 3.511 milhões (US\$1,5 bilhão), sendo US\$1,0 bilhão referente a um novo título, com vencimento em 2019, e US\$ 0,5 bilhão referente a aumento do volume de títulos emitidos anteriormente com vencimento em 2023. O custo médio da transação foi de 4,48% a.a., o menor já pago pelo BNDES em uma emissão em dólar. As obrigações por emissões de *bonds* encerraram 2014 em R\$ 22.527 milhões, um aumento de R\$ 6.538 milhões (40,9%) em relação a 2013;
- operações com instituições multilaterais: os ingressos de recursos totalizaram R\$ 1.496 milhões (US\$ 596 milhões) em 2014, sendo R\$ 747 milhões (US\$ 300 milhões) do JBIC e R\$ 749 milhões (US\$ 296 milhões) do KfW. Os empréstimos com instituições multilaterais totalizaram R\$ 16.356 milhões em 2014, um aumento de R\$ 1.839 milhões (12,7%) em relação a 2013; e
- outros empréstimos no exterior: em 2014 ingressaram R\$ 1.143 milhões (US\$ 600 milhões), dois quais US\$ 500 milhões em contratos com o Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ com vencimento em 2017, e US\$ 100 milhões com o Ab Svensk Exportkredit com vencimento em 2019. O saldo dos outros empréstimos totalizou R\$ 2.398 milhões em 2014, um aumento de 240,1% diante dos R\$ 705 milhões em 2013.

PIS-Pasep, FMM, FSA e FNMC

Posição em 31 de dezembro de 2014:

- O total de ativos do Fundo PIS-Pasep no BNDES era de R\$ 33,6 bilhões destinados à aplicação em programas de desenvolvimento econômico e social.
- O saldo de recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) no BNDES era de R\$ 208,9 milhões. Ao longo de 2014, ingressaram R\$ 171,2 milhões de recursos novos oriundos do FSA para aplicação em programa destinado ao desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual.
- O total de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) era de R\$ 589,4 milhões. Ao longo de 2014, ingressaram R\$ 3,6 milhões destinados ao financiamento de projetos para mitigação e adaptação à mudança do clima.
- O total de ativos do Fundo de Marinha Mercante (FMM) no BNDES era de R\$ 15,4 bilhões destinados à aplicação em programas de desenvolvimento do setor naval. Em 2014, ingressaram R\$ 2,1 bilhões.
- O total de recursos do Fundo Amazônia (FA) era de R\$ 1,8 bilhão destinados ao financiamento de projetos para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia. Em 2014, ingressaram R\$ 337,2 milhões.

Operações compromissadas

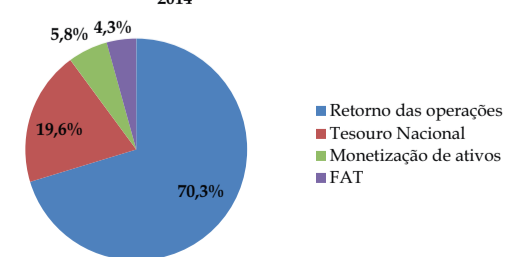
Representam operações de venda de títulos com compromisso de recompra, lastreadas em títulos públicos federais (NTN-F, NTN-B, LTN e LFT). Em 31/12/14, totalizaram R\$ 23.083 milhões, um aumento de R\$ 5.069 milhões (28,1%) em relação a 2013.

Patrimônio líquido

Totalizou R\$ 66.276 milhões em 2014, um crescimento de R\$ 5.650 milhões (9,3%) diante de 2013 provocado pelo lucro líquido de R\$ 8.594 milhões em 2014 e pela celebração, com o Tesouro Nacional, de Instrumentos Elegíveis a Capital Principal no valor de R\$ 20.539 milhões. A redução do valor justo da carteira de ações em cerca de R\$ 14.527 milhões (já líquido de tributos), o pagamento de dividendos complementares relativos ao exercício de 2013, no valor de R\$ 3.821 milhões, e o pagamento de JCP e dividendos intermediários sobre o lucro de 30/6/14, no total de R\$ 5.234 milhões, atenuaram o crescimento entre os exercícios.

Fluxo de recursos

Fluxo de Caixa Contribuição Líquida das Fontes de Recursos 2014



Os recursos líquidos utilizados pelo BNDES em 2014, de R\$ 188 bilhões, tiveram origem nas fontes discriminadas no gráfico abaixo. O retorno das operações de crédito destacou-se como a principal fonte de recursos em 2014, contribuindo com 70,3% do total, o que evidencia a importância do volume e da qualidade da carteira de crédito do Banco para financiamento de suas liberações.

A segunda principal fonte de recursos em 2014, com 19,6%, foi o Tesouro Nacional, deduzida da respectiva dívida e do pagamento de dividendos e tributos.

A monetização de ativos, com 5,8% do total em 2014, compreende a alienação líquida de ativos de renda fixa e renda variável.

As captações do FAT, com a menor contribuição entre as fontes (4,3%) em 2014, consideraram o serviço da respectiva dívida.

Informação por segmento

Os ativos e resultado por segmento de negócios do BNDES foram definidos em função de suas atividades de: (i) financiamento (renda fixa); (ii) mercado de capitais (renda variável); e (iii) tesouraria.

Composição dos segmentos

- “Renda Fixa”: inclui ativos, receitas e os custos de captação atrelados, basicamente, às carteiras de operações de crédito e repasses e de debêntures;
- “Renda Variável”: inclui ativos, receitas e custos de captação atrelados à carteira de renda variável, composta pelas participações societárias e pelos fundos mútuos de investimentos e participações; e
- “Tesouraria”: inclui ativos, receitas e os custos de captação atrelados, basicamente, à gestão das disponibilidades do Sistema BNDES.

A alocação dos custos de captação aos segmentos segue as seguintes premissas: (i) Tesouraria – fontes de recursos indexadas a custos de mercado, notadamente taxa Selic e IPCA; (ii) Mercado de Capitais – capital próprio, fonte não onerosa, e, de forma complementar, recursos indexados à TJLP. Apenas no caso em que o patrimônio líquido não for suficiente para financiar o segmento de mercado de capitais é que são atribuídos custos financeiros a esse segmento; e (iii) Financiamentos – diferença entre o custo de captação total e o valor alocado aos demais segmentos.

Para se chegar ao lucro líquido total em 2014, devem-se deduzir do resultado por segmento total as outras despesas de R\$ 3,2 bilhões e as despesas tributárias de R\$ 5,4 bilhões. Ressalta-se que as diferentes carteiras estão sujeitas a distintas cargas tributárias, sendo que a de renda variável é a que está sujeita à menor carga relativa.

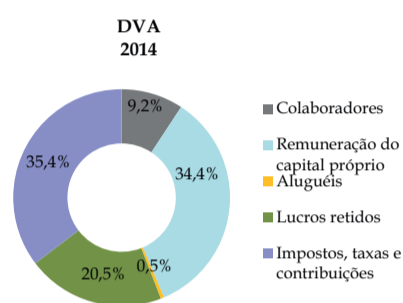
Segmento	2013				2014			
	Ativos (A)	%	Resultado (B)	%	Ativos (A)	%	Resultado (B)	%
Renda Fixa ^{1/}	606.602	78,7%	10.439	66,2%	700.214	81,2%	12.934	75,0%
Renda Variável	89.047	11,6%	1.170	7,4%	64.646	7,5%	1.645	9,6%
Tesouraria	74.924	9,7%	4.162	26,4%	97.007	11,3%	2.664	15,4%
Alocado	770.573	100,0%	15.771	100,0%	861.867	100,0%	17.243	100,0%
Não alocado	11.471		(7.621)		15.352		(8.649)	
Total	782.044		8.150		877.219		8.594	

^{1/} Inclui provisão para risco de crédito.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Importante indicador de avaliação do papel social, a DVA apresenta, segundo uma visão global de desempenho, de sua contribuição na geração de riqueza para economia na qual está inserida e de sua efetiva distribuição entre os empregados, o governo, os agentes financiadores e seus acionistas.

A riqueza gerada e distribuída pelo BNDES em 2014 foi de R\$ 15.657 milhões, desempenho 8,5% superior ao de 2013 em razão do crescimento do lucro líquido.



Em virtude de o BNDES ter como único acionista a União, a participação do Governo Federal na distribuição da riqueza gerada em 2014 foi de R\$ 14.111 milhões, equivalente a 90,1% da riqueza total gerada, contra R\$ 13.054 milhões em 2013 (90,5% da riqueza total gerada), considerados os valores de impostos, taxas e contribuições, remuneração do capital próprio e lucros retidos.

VI. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

No âmbito das atividades desempenhadas para apoiar o aprimoramento dos controles internos do Sistema BNDES, cabe destacar em 2014: (i) a implementação do sistema de informação para apoio à gestão de controles internos; (ii) a evolução da atividade de monitoramento contínuo do grau de atendimento aos normativos internos; (iii) a ampliação das avaliações de controles internos nos processos de trabalho; e (iv) a implementação de iniciativas para ampliar a disseminação da cultura de controle na Instituição.

No que se refere à gestão do risco operacional, destacaram-se:

- a utilização e divulgação das ferramentas computacionais que dão suporte às atividades de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios;
- a ampliação da abrangência dos trabalhos de identificação e avaliação de risco operacional nos processos internos da instituição;
- o desenvolvimento de metodologia avançada para apuração do risco operacional; e
- a definição das estratégias de continuidade de negócios de negócios que atendam às necessidades do BNDES a fim de garantir maior resiliência frente às ameaças à continuidade de suas operações, bem o desenvolvimento de Planos de Continuidade para os respectivos processos.

Quanto aos riscos de mercado e de liquidez no ano de 2014, destacaram-se:

- a aprovação da Política de Monitoramento do Risco de Ações e da Política de Limites de Risco para a Carteira de Tesouraria;
- a definição de regras e procedimentos associados ao apreçamento de instrumentos financeiros, em linha com as exigências do regulador;
- o desenvolvimento de uma base de dados de mercado própria do BNDES;
- a participação em estudos de impacto conduzidos pelo Banco Central do Brasil, referentes aos novos indicadores de risco de liquidez de Basileia III, bem como em relação aos ajustes prudenciais no apreçamento de instrumentos financeiros instituídos pela Resolução 4.277 do CMN;
- o aprimoramento da metodologia de apuração e dos testes de aderência para o modelo interno de risco de mercado;
- a criação de uma nova metodologia para o cálculo do risco de juros da carteira bancária (RBNAN);
- o desenvolvimento em curso de um modelo integrado de gestão de ativos e passivos para a gestão de longo prazo do risco do BNDES; e
- a realização de pregão eletrônico para a compra de um novo software para a gestão de risco de mercado.

No que tange à gestão do risco de crédito, em 2014 os esforços estiveram direcionados para:

- a inclusão das receitas de operações equalizáveis ao cálculo da rentabilidade das linhas e programas do BNDES;
- o desenvolvimento de modelos gerenciais de cálculo de capital econômico para a carteira de créditos, cujo foco se encontra relacionado à individualização das taxas de recuperação em função dos diversos pacotes de colaterais recebidos pelo BNDES;
- a consolidação da metodologia de capital econômico para a carteira de ações, cujos testes de aderência já foram realizados e os procedimentos validados;
- a inclusão das estimativas de capital regulamentar relacionadas ao risco de crédito de contraparte (CVA) nos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme requerido pela legislação vigente; e
- o aprimoramento das informações enviadas ao regulador por meio do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil – SCR.

Gestão de Riscos em Números

Em 31 de dezembro de 2014, o BNDES apresentou valores confortáveis para os requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil: o Índice de Basileia totalizou 15,89%, acima do percentual mínimo exigido pelo regulador, e os Índices de Capital Principal e de Capital de Nível I foram iguais a 10,59%, respeitando, portanto, os valores mínimos exigidos pelo regulador.

Recursos próprios e Basileia	R\$ milhões, exceto percentuais				
	2010	2011	2012	2013	2014
Patrimônio de Referência - PR	83.108	99.084	89.599	108.669	97.851
= Capital Nível I (NI)	41.770	51.849	48.633	72.446	65.234
(+) Capital Principal (CP)	0	0	0	60.418	65.234
(+) Capital Complementar (CC)	0	0	0	12.028	-
(+) Capital Nível II	41.770	48.044	41.176	36.223	32.617
(-) Deduções do PR	431	809	211	-	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)*	445.898	481.059	582.214	580.237	615.706
= Risco de Crédito (RWACPAD)	438.111	471.800	538.280	545.944	575.861
(+) Risco de Mercado (RWAMPAD)	860	652	27.071	23.257	28.055
(+) Risco Operacional (RWAOPAD)	6.928	8.607	16.863	11.036	11.790
Risco de Juros da Carteira Bancária (Rban)	1.455	1.461	2.347	2.278	2.383
Índice de Basileia / Índice de PR (PR/RWA)	18,64%	20,60%	15,39%	18,73%	15,89%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	-	-	-	10,41%	10,59%
Índice de Capital Nível I (NI/RWA)	-	-	-	12,49%	10,59%

*Por conta das novas regras de Basileia III, introduzidas em 2013 (em particular, a Resolução CMN n° 4.193/13), para fins comparativos os valores de RWA (Risk Weighted Assets) apresentados entre 2010 e 2012 correspondem aos valores de Patrimônio de Referência Exigido (PRE), divulgados em notas explicativas de balanço, divididos pelo fator 0,11.

Informações adicionais estão divulgadas no Relatório de Gestão de Riscos, disponível em www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pl/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Gestao_Riscos/.

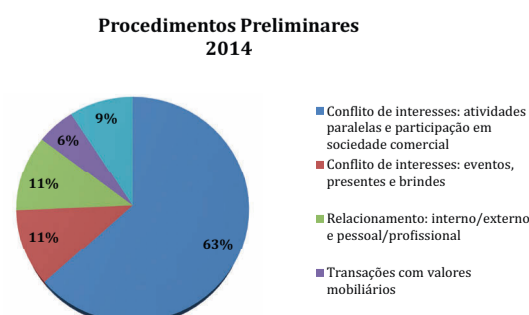
VII. GESTÃO DA ÉTICA

A gestão da ética no BNDES é conduzida pela Comissão de Ética do BNDES (CET/BNDES) e pela Secretaria da Comissão de Ética (SECET/GP), vinculada à Presidência do BNDES.

O Código de Ética e o Regimento Interno do Sistema BNDES, bem como normativos externos, orientam a gestão da ética, através da realização de ações de natureza educativa, de atualização e aperfeiçoamento de normas e na apuração e aplicação das providências cabíveis nos casos de infrações éticas.

Em 2014, a CET/BNDES procedeu à abertura de 109 Procedimentos Preliminares, sendo 95 consultas ou pedidos de autorização para o exercício de atividades paralelas, nove denúncias ou representações, incluindo análises “de ofício”, e cinco atendimentos. Todas as consultas foram respondidas e as denúncias apreciadas.

Perfil dos procedimentos preliminares



Em sua esfera educativa, dentre outras atividades, foram realizadas 13 palestras, sendo uma para todo o corpo funcional sobre “conflito de interesses”, uma para os participantes de evento de recursos humanos realizado pela Associação Brasileira de

Desenvolvimento (ABDE) nas dependências do BNDES, duas para novos empregados, uma para o Comitê Gerencial e as demais, específicas para alguns grupos de empregados.

Foi realizada pesquisa sobre a gestão da ética no BNDES, com a participação de 402 empregados, cujas respostas servirão de base para a construção do plano de trabalho da CET/BNDES em 2015 e foi publicado um guia de Perguntas & Respostas abordando os assuntos mais frequentes apresentados pelos empregados visando uma melhor comunicação com os empregados.

Destacamos, ainda, a implementação do novo Sistema eletrônico de Prevenção a Conflito de Interesses - SeCI, coordenado pela CGU, em atendimento a Lei 12.813/2013, integrando empregados, área de recursos humanos, comissão de ética e a CGU.

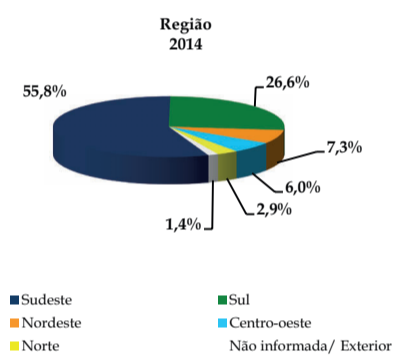
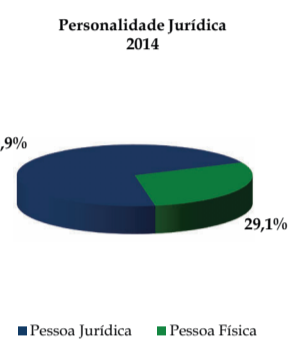
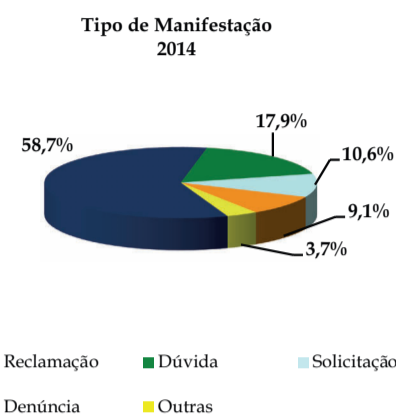
O Fórum Nacional de Gestão de Ética nas Empresas Estatais, do qual o BNDES é um dos fundadores e atualmente faz parte de sua coordenação, realizou 11 reuniões e, em outubro organizou o X Seminário de Gestão da Ética nas Empresas Estatais (Ética e Direitos Humanos no Ambiente Corporativo).

Ouvidoria

A Ouvidoria proporciona ao cidadão um canal de participação ativa junto à Administração do BNDES. Através das manifestações recebidas, trata e responde individualmente aos seus autores e busca promover a reflexão interna a respeito dos temas demandados, visando auxiliar na melhoria das práticas da Instituição.

Em 2014, a Ouvidoria recebeu e deu tratamento, com a contribuição das diversas áreas do banco, a 1.526 manifestações, representando uma redução de 33,9% na comparação com o exercício anterior.

Distribuição das demandas



VIII. COMUNICAÇÃO EXTERNA

O BNDES, visando atender às diferentes necessidades de informação da sociedade e de seus clientes sobre a sua atuação e as formas de apoio financeiro oferecidas, dispõe de diversos canais de contato, conforme listados a seguir:

Central de Atendimento do BNDES

A Central de Atendimento do BNDES presta atendimento ao público externo a respeito dos produtos e serviços do Sistema BNDES e demais assuntos relacionados às suas atividades operacionais.

Em 2014, foram realizados cerca de 700 mil atendimentos, dos quais 90% por telefone e o restante através de mensagens eletrônicas.

Atendimento Presencial

Por meio do atendimento presencial, o BNDES mantém um canal de diálogo direto com clientes e público em geral, prestando orientação empresarial nos seus escritórios de Brasília, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 2014, foram realizados cerca de 480 atendimentos presenciais somente no escritório do Rio de Janeiro. O perfil padrão de atendimentos foi de orientação a micro e pequenos empresários.

Palestras Institucionais

O BNDES recebe delegações e grupos de estudantes de instituições de ensino, nacionais e estrangeiras, para a realização de palestras institucionais, em função do interesse global na economia brasileira e no papel do Banco como um dos principais atores do desenvolvimento.

Em 2014, a equipe de atendimento do Rio de Janeiro realizou 45 apresentações institucionais para um público total de 1.205 visitantes.

Palestras “O BNDES Mais Perto de Você”

O ciclo de palestras “O BNDES Mais Perto de Você” tem como objetivo divulgar as formas de financiamento que melhor atendem ao segmento de micro, pequenas e médias empresas.

A realização dos eventos conta com parcerias com postos de informações regionais, através de convênio estabelecido entre o BNDES e outras instituições.

Em 2014, foram realizadas 17 palestras, distribuídas em 10 estados, atingindo um público total de 2.157 presentes.

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

Serviço responsável pelo tratamento dos pedidos de informação no âmbito da Lei de Acesso à Informação, oferece atendimento através dos seguintes canais: presencial (no Rio de Janeiro), telefônico (0800-887-6000), correspondência, e-mail (sic@bndes.gov.br) ou através do Sistema e-SIC (www.acessoinformacao.gov.br/sistema/).

Em 2014, o BNDES recebeu, através do SIC, 667 pedidos de informação, todos respondidos dentro dos prazos legais.

Sítio do BNDES e presença nas Redes Sociais

O sítio do BNDES recebeu, em 2014, uma audiência mensal média de 250 mil visitantes únicos, com pequeno recuo, de 3,84% em relação ao ano anterior. O resultado sofre o impacto da perda de visibilidade do Banco devido às restrições do período eleitoral, com proibição da divulgação institucional e de alguns produtos, inclusive campanhas publicitárias e eventos, de 05 de julho a 26 de outubro de 2014.

A restrição da Lei das Eleições afetou também os canais e perfis oficiais do Banco nas redes sociais online, que tiveram seu conteúdo reduzido no período mencionado. Mas, durante os demais meses do ano, os perfis seguiram divulgando informações relevantes para a sociedade, por meio de notas no Twitter (@bndes_imprensa), das apresentações disponíveis no Slideshare (slideshare.net/bndes) e do canal do BNDES no YouTube (youtube.com/bndesgovbr), principal plataforma de vídeos online na internet.

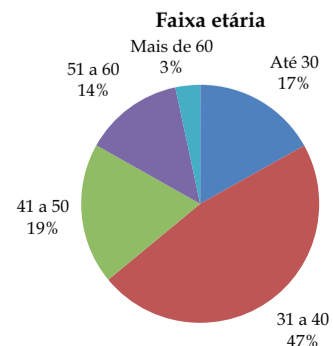
O canal corporativo no YouTube alcançou, em 2014, o marco de mais de 1 milhão de visualizações de vídeos desde seu lançamento, em 2012. Ao fim de 2014, o canal oferecia 72 vídeos, com 1.221 perfis inscritos para receber suas atualizações, obtendo a aprovação de 608 pessoas, contra apenas 87 reprovações.

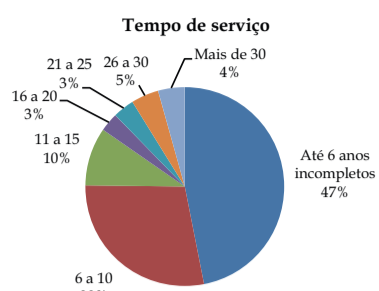
XI. RECURSOS HUMANOS

O BNDES encerrou 2014 com 2.881 empregados, número muito próximo ao do final de 2013, quando encerrou com 2.858 empregados.

Historicamente, o BNDES apresenta baixas taxas de rotatividade devido à sua política remuneratória e ao seu ótimo ambiente de trabalho. Apenas 38 empregados se desligaram em 2014.

Distribuição dos empregados por faixa etária e por tempo de serviço





Aprendizado e Conhecimento

Em 2014, o BNDES manteve o foco no desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados. Impulsionado pela necessidade de promover a aquisição e desenvolvimento de competências para atender às crescentes necessidades da organização, o Banco investiu aproximadamente R\$ 17 milhões em treinamentos e cursos de pós-graduação, no Brasil e no exterior, de certificação e idiomas, em um total 165.141 horas de treinamento e 45 participações em cursos de pós-graduação, resultando numa média de 58 horas de treinamento por empregado.

Em relação aos treinamentos com conteúdos customizados, merece especial destaque a crescente participação de instrutores internos, assegurando a maior aderência dos conteúdos às necessidades de formação para o trabalho.

Programa de Estágio e Programa Jovem Aprendiz

O Programa de Estágio do BNDES proporciona oportunidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional a estudantes de nível superior de variadas formações. A seleção dos estagiários é realizada por um agente de integração, parceiro na administração do Programa, que conta atualmente com 317 estagiários. O Programa, além da bolsa-auxílio, oferece, também, auxílio-transporte, auxílio-refeição e assistência à saúde (médica e odontológica).

Com carga horária de quatro horas diárias, a duração máxima do estágio é de 720 dias, considerando-se como data limite o término desse prazo ou a data de conclusão do curso.

Além do Programa de Estágio, o BNDES também promove o Programa Jovem Aprendiz, que oferece formação técnico-profissional metódica aos adolescentes, visando sua inserção no mercado formal de trabalho e contribuindo, dessa forma, para a diminuição da principal causa do desemprego juvenil: a falta de experiência profissional. Os aprendizes devem ter de 14 a 18 anos e estar matriculados, no mínimo, no 9º ano do ensino fundamental. O prazo máximo de permanência no programa é de dois anos.

Atualmente o Programa conta com 33 jovens aprendizes, distribuídos em diversos postos de trabalho, tais como Setor de Cópia, Gerência de Documentação, Biblioteca, Setor de Viagens, Centro de Estudos, dentre outros.

Valorização da Diversidade

O BNDES tem compromisso permanente com a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação no seu ambiente de trabalho e nas instituições que participam da sua cadeia de relacionamento.

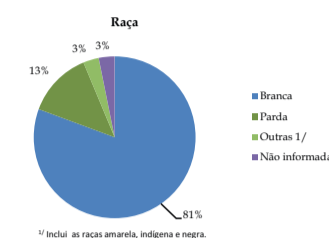
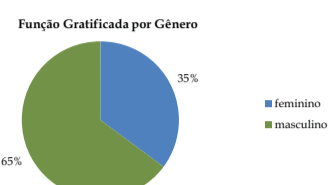
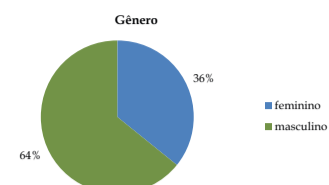
Tal compromisso tem como objetivo o reconhecimento do Banco como uma empresa inclusiva e capaz de compreender e atender às necessidades da sociedade, e encontra-se explicitado em sua Missão, em sua Declaração de Valores e em seu Código de Ética.

Como ações específicas desenvolvidas em 2014, destacam-se:

- Certificação do Ministério da Saúde pelas ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno para mulher trabalhadora;
- Palestra sobre os benefícios oferecidos pelo BNDES às suas empregadas em prol da maternidade, no XIII Encontro Nacional sobre Aleitamento Materno, promovido pelo Ministério da Saúde;
- Capacitação em assédio moral e sexual, para integrantes do Grupo Pró-Equidade de Gênero e Diversidade, da Ouvidoria, da Comissão de Ética e das Áreas de Recursos Humanos, Gestão de Riscos e Planejamento;
- Realização de palestra sobre "Inclusão de Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho", com o presidente do Conselho Estadual para a Política de Integração das Pessoas com Deficiência (CEPDE/RJ) e da Federação das Associações Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro, para empregados com deficiência e profissionais de diversas áreas do Banco que atuam nesta temática;
- Capacitação de profissionais do BNDES na legislação que estabelece cota racial nos concursos realizados por empresas públicas, visando à adequação nos próximos concursos do BNDES; e

- Campanha 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra a Mulher, com diversas ações de sensibilização e esclarecimentos sobre a temática, para empregados das empresas prestadoras de serviço no BNDES, com destaque para os diálogos com jovens que atuam como mensageiros.

Distribuição do quadro de pessoal



X. RATING

Agência de Rating	Emissão de longo prazo em moeda estrangeira		Emissão de longo prazo em moeda local	
	Rating escala global	Perspectiva	Rating escala global	Perspectiva
Moody's	Baa2	Negativa	Baa2	Negativa
S&P	BBB-	Estável	BBB +	Estável

XI. CIRCULAR BACEN Nº 3.068/2001

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados como "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 6.724 milhões, que representam 6,3% do total de títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para risco de crédito, em 31 de dezembro de 2014.

XII. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO		Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2014	2013	2014	2013		2014	2013		
ATIVO CIRCULANTE		176.145.440	126.249.177	181.398.027	147.051.306					
DISPONIBILIDADES		2.651	1.452	337.052	215.750					
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	6	5.592.573	327.626	7.541.901	3.589.804					
Aplicações em carteira de câmbio	6.1	92.282	234.083	92.282	234.083					
Aplicações em operações compromissadas	6.2	5.500.291	93.543	7.449.619	3.355.721					
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	48.922.561	27.050.372	48.067.014	29.568.387					
Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF	7.1 e 7.3	2.100.247	4.485.856	-	2.424.137					
Títulos públicos	7.1	46.059.774	20.857.586	46.080.158	24.617.222					
Títulos de renda fixa no exterior	7.1	5	1.630.066	129.149	1.630.066					
Ações	7.1 e 13.1	-	-	-	299.001					
Debêntures disponíveis para venda	7.1 e 7.5.1	712.136	12.282	1.525.675	12.592					
Debêntures mantidas até o vencimento	7.5.2	50.652	31.067	340.641	34.282					
Provisão para risco de crédito - Debêntures	7.5.2	(253)	(136)	(8.896)	(136)					
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	7.6	-	33.651	-	33.653					
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	7.6	-	-	287	509.127					
Outros	-	-	-	-	8.443					
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		75.592.983	57.669.746	77.427.112	70.959.597					
Créditos vinculados		40	35	40	35					
Repasse interfinanceiros	8	75.680.880	57.768.886	77.629.609	71.233.358					
Recursos livres		67.550.590	51.470.050	69.499.319	64.934.522					
Recursos PIS/PASEP		8.130.290	6.298.836	8.130.290	6.298.836					
Provisão para risco de crédito	8	(87.937)	(99.175)	(202.537)	(273.796)					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8	42.283.349	36.514.994	43.777.511	37.724.647					
Operações de crédito		42.582.052	36.780.651	44.082.414	38.000.369					
Recursos livres		40.442.186	34.904.613	41.942.548	36.124.331					
Recursos PIS/PASEP		270.408	290.907	270.408	290.907					
Recursos Fundo da Marinha Mercante		1.869.458	1.585.131	1.869.458	1.585.131					
Provisão para risco de crédito		(298.703)	(265.657)	(304.903)	(275.722)					
OUTROS CRÉDITOS		2.184.338	3.381.676	2.679.451	3.687.381					
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	104.918	334.319					
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	(652)	(1.959)					
Direitos recebíveis	10	1.637	1.639	2.977	3.019					
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(86)	(107)	(956)	(338)					
Créditos tributários	21.2	499.483	394.277	1.256.977	690.482					
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	21.1	10.141	27.552	233.594	116.999					
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		937.999	724.103	353.473	277.641					
Devedores por depósito em garantia		77.823	136.897	89.220	152.394					
Pagamentos a ressarcir		130.689	73.321	11.191	13.846					
Direitos a receber - Sistema Eletrobrás	9.1	-	1.543.394	-	1.543.394					
Diversos		526.652	480.600	628.709	557.584					
OUTROS VALORES E BENS	11	1.566.985	1.303.311	1.567.986	1.305.740					
Outros valores e bens		3.253	12.206	4.252	13.205					
Despesas antecipadas		1.563.732	1.291.105	1.563.734	1.292.535					
ATIVO NÃO CIRCULANTE		695.264.738	636.703.932	695.821.324	634.993.162					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		618.109.680	550.179.791	679.306.489	618.899.878					
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	54.379.595	60.711.282	103.937.825	127.998.998					
Ações	7.1 e 13.1	9.514.689	15.364.940	45.031.046	69.531.321					
Debêntures disponíveis para venda	7.1 e 7.5.1	2.849.562	2.326.529	10.493.367	10.218.270					
Debêntures mantidas até o vencimento	7.5.2	2.765.850	2.904.832	6.383.422	5.719.238					
Provisão para risco de crédito - Debêntures	7.5.2	(9.808)	(8.289)	(202.782)	(68.686)					
Títulos públicos	7.1	39.146.102	40.089.367	39.146.102	40.096.863					
Títulos de renda fixa no exterior	7.1	113.000	-	213.605	-					
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	7.6	-	33.903	-	33.903					
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	7.6	-	-	931.774	446.955					
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	7.4	-	-	1.941.291	2.021.134					
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	8	250.904.305	228.008.927	233.088.740	208.220.411					
Repasse interfinanceiros		251.196.179	228.401.034	233.685.563	209.060.526					
Recursos livres		226.333.267	201.979.339	208.822.651	182.638.831					
Recursos PIS/PASEP		24.862.912	26.421.695	24.862.912	26.421.695					
Provisão para risco de crédito		(291.874)	(392.107)	(596.823)	(840.115)					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8	288.807.292	242.089.660	296.913.375	248.337.879					
Operações de crédito		290.847.517	243.850.934	298.987.238	250.151.140					
Recursos livres		277.346.221	231.655.425	285.485.942	237.955.631					
Recursos PIS/PASEP		323.540	598.231	323.540	598.231					
Recursos Fundo Marinha Mercante		13.177.756	11.597.278	13.177.756	11.597.278					
Provisão para risco de crédito		(2.040.225)	(1.761.274)	(2.073.863)	(1.813.261)					
OUTROS CRÉDITOS		24.018.488	19.369.922	45.366.549	34.342.590					
Créditos tributários	21.2	7.995.580	6.130.433	10.459.788	8.949.618					
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	576.484	486.488					
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	(3.581)	(2.851)					
Direitos recebíveis	10	11.048	12.626	11.206	13.714					
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(581)	(822)	(684)	(1.004)					
Créditos perante o Tesouro Nacional	9.2	8.641.828	6.472.410	26.162.841	17.482.277					
Direitos a receber - Sistema Eletrobrás	9.1	7.182.376	6.566.773	7.182.376	6.566.773					
Incentivos fiscais		188.237	188.502	429.250	429.616					
Devedores por depósitos em garantia		-	-	548.869	417.959					
INVESTIMENTOS	13	77.031.011	86.395.249	16.388.430	15.961.785					
Participações em controladas e coligadas	13.2	76.888.865	86.253.103	16.246.283	15.819.638					
Participações em outras empresas	13.2.3	100.000	100.000	100.000	100.000					
Outros investimentos	13.2.4	42.146	42.146	42.147	42.147					
IMOBILIZADO DE USO		91.684	96.484	94.042	99.091					
INTANGÍVEL		32.363	32.408	32.363	32.408					
TOTAL DO ATIVO		871.410.178	762.953.109	877.219.351	782.044.468					
PASSIVO CIRCULANTE		47.513.097	43.840.877	50.453.743	48.164.580					
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		1.938.534	2.215.353	1.938.534	2.215.353					
Depósitos especiais - FAT	17.2	1.938.209	2.215.043	1.938.209	2.215.043					
Diversos		325	310	325	310					
CAPTAÇÕES NO MERCADO		23.713.037	18.013.555	23.082.529	18.013.555					
Obrigações por operações compromissadas	14	23.713.037	18.013.555	23.082.						

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	BNDES			Consolidado		
		2º semestre de 2014	Exercícios 2014	Exercícios 2013	2º semestre de 2014	Exercícios 2014	Exercícios 2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		36.964.867	54.171.899	50.406.461	39.464.836	58.801.576	55.297.248
Operações de crédito e repasses interfinanceiros							
Moeda nacional		15.863.147	30.437.256	25.175.485	14.084.596	27.095.582	23.958.213
Moeda estrangeira		15.874.441	13.531.558	14.942.390	16.171.462	13.833.405	15.117.906
Resultados com aplicações em títulos e valores mobiliários		3.804.894	7.473.920	8.030.719	4.377.238	8.631.836	9.420.184
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional		1.161.568	2.171.318	1.754.517	4.570.723	8.682.906	6.297.595
Rendas com administração de fundos e programas		260.817	557.847	503.350	260.817	557.847	503.350
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(31.242.774)	(43.438.419)	(40.955.687)	(32.078.758)	(45.417.552)	(42.837.147)
Captação no mercado - financiamentos e repasses							
Moeda nacional		(16.037.855)	(31.230.788)	(27.532.112)	(16.979.423)	(33.274.284)	(30.151.778)
Moeda estrangeira		(14.242.154)	(11.446.339)	(14.234.101)	(14.217.991)	(11.414.691)	(14.234.099)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	7.6	(688.370)	(681.057)	908.544	(688.369)	(683.947)	911.971
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional		(4.677)	(10.963)	(19.805)	(35.753)	(77.032)	(112.159)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	28	(300.992)	(167.501)	(57.795)	(185.556)	(64.796)	769.336
Reversão (constituição) de provisão		(672.085)	(799.277)	(656.641)	(580.820)	(736.847)	(193.681)
Recuperação de créditos baixados		371.093	631.776	598.846	395.264	672.051	963.017
Resultado da carteira de câmbio		31.274	98.229	(20.418)	28.334	97.198	(20.418)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.722.093	10.733.480	9.450.774	7.386.078	13.384.024	12.460.101
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.040.090)	959.160	1.675.116	(2.218.852)	(157.881)	(265.423)
Resultado com equivalência patrimonial	13	1.462.020	3.938.713	3.255.548	422.438	764.570	(51.107)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		525.365	824.277	663.166	525.639	815.178	730.962
Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos		(1.724.725)	(1.724.725)	(30)	(2.478.349)	(2.814.424)	(2.045.194)
Receita de dividendos		-	116	253	209.462	579.605	591.711
Receita de juros sobre o capital próprio		-	598.925	380.700	429.064	2.692.744	2.189.465
Resultado com alienações de títulos de renda variável		-	-	9.624	1.431.569	1.720.997	1.234.685
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável	7.6	-	-	-	(837.726)	(181.172)	73.271
Resultado com fundos de investimento em participações societárias		-	-	-	(14.365)	102.418	325.356
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias		-	-	-	-	196	134.012
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis		15.184	(60.005)	(81.239)	(295.432)	(379.696)	(111.288)
Despesas tributárias		(351.101)	(652.023)	(549.707)	(464.006)	(968.287)	(879.909)
Despesas com pessoal		(452.087)	(895.191)	(961.982)	(694.964)	(1.376.002)	(1.261.253)
Despesas administrativas		(190.813)	(351.931)	(359.317)	(270.374)	(500.584)	(451.680)
Outras receitas operacionais		290.168	273.481	221.029	482.162	466.758	262.564
Outras despesas operacionais		(614.101)	(992.477)	(902.929)	(663.970)	(1.080.182)	(1.007.018)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		4.682.003	11.692.640	11.125.890	5.167.226	13.226.143	12.194.678
Imposto de renda	21	(1.350.604)	(2.271.982)	(1.743.552)	(1.961.477)	(3.508.235)	(2.839.925)
Contribuição social	21	(855.336)	(1.429.475)	(1.081.669)	(1.130.846)	(1.960.993)	(1.545.004)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	21	802.501	758.866	(18.374)	1.287.842	1.077.315	514.239
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		3.278.564	8.750.049	8.282.295	3.362.745	8.834.230	8.323.988
Participação dos empregados no lucro		(156.335)	(156.335)	(132.027)	(240.516)	(240.516)	(173.720)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		3.122.229	8.593.714	8.150.268	3.122.229	8.593.714	8.150.268
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO POR AÇÃO (R\$ / AÇÃO)		0,497669	1,369797	1,299114			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Capital social	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de janeiro de 2014	36.340.506	15.000.000	2.110.201	201.355	1.144.426	2.677.305	(6.793.967)	9.946.324	-	60.626.150
Aumento de capital (Nota 26)	-	20.538.976	-	-	-	-	-	-	-	20.538.976
Reversão de reserva de margem operacional (Nota 26)	-	-	-	-	-	(2.677.305)	-	-	2.677.305	-
Reversão de reserva para futuro aumento de capital (Nota 26)	-	-	-	-	(1.144.426)	-	-	-	1.144.426	-
Dividendos complementares - exercício 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.821.731)	(3.821.731)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(2.803.086)	(11.477.884)	-	(14.280.970)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	8.593.714	8.593.714
Destinação do resultado (Nota 26):										
Reserva legal	-	-	429.686	-	-	-	-	-	(429.686)	-
Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.224.604	-	-	-	(1.224.604)	-
Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	1.559.753	-	-	(1.559.753)	-
Juros sobre o capital próprio intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(983.679)	(983.679)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.395.992)	(4.395.992)
Em 31 de dezembro de 2014	36.340.506	35.538.976	2.539.887	201.355	1.224.604	1.559.753	(9.597.053)	(1.531.560)	-	66.276.468
Mutações no exercício	-	20.538.976	429.686	-	80.178	(1.117.552)	(2.803.086)	(11.477.884)	-	5.650.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Capital social	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de julho de 2014	36.340.506	30.538.976	2.110.201	201.355	-	-	(7.079.165)	7.479.123	4.539.971	74.130.967
Aumento de capital (Nota 26)	-	5.000.000	-	-	-	-	-	-	-	5.000.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(2.517.888)	(9.010.683)	-	(11.528.571)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	3.122.229	3.122.229
Destinação do resultado (Nota 26):										
Reserva legal	-	-	429.686	-	-	-	-	-	(429.686)	-
Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.224.604	-	-	-	(1.224.604)	-
Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	1.559.753	-	-	(1.559.753)	-
Juros sobre o capital próprio intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.165)	(52.165)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.395.992)	(4.395.992)
Em 31 de dezembro de 2014	36.340.506	35.538.976	2.539.887	201.355	1.224.604	1.559.753	(9.597.053)	(1.531.560)	-	66.276.468
Mutações no semestre	-	5.000.000	429.686	-	1.224.604	1.559.753	(2.517.888)	(9.010.683)	(4.539.971)	(7.854.499)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais)

	Capital social	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de janeiro de 2013	36.340.506	-	1.705.568	142.840	1.162.008	2.031.881	(5.140.114)	13.808.223	(57.611)	49.993.301
Aumento de capital (Nota 26)	-	15.000.000	-	-	-	-	-	-	-	15.000.000
Reversão de reserva de margem operacional (Nota 26)	-	-	-	-	-	(2.031.881)	-	-	2.031.881	-
Reversão de reserva para futuro aumento de capital (Nota 26)	-	-	-	-	(1.162.008)	-	-	-	1.162.008	-
Dividendos complementares - exercício 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.193.889)	(3.193.889)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(1.653.853)	(3.861.899)	-	(5.515.752)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	8.150.268	8.150.268
Destinação do resultado (Nota 26):										
Reserva legal	-	-	404.633	-	-	-	-	-	(404.633)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	58.515	-	-	-	-	(58.515)	-
Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.144.426	-	-	-	(1.144.426)	-
Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	2.677.305	-	-	(2.677.305)	-
Juros sobre o capital próprio intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.753.316)	(1.753.316)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.054.462)	(2.054.462)
Em 31 de dezembro de 2013	36.340.506	15.000.000	2.110.201	201.355	1.144.426	2.677.305	(6.793.967)	9.946.324	-	60.626.150
Mutações no exercício	-	15.000.000	404.633	58.515	(17.582)	645.424	(1.653.853)	(3.861.899)	57.611	10.632.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais)

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre de 2014	Exercícios		2º semestre de 2014	Exercícios	
		2014	2013		2014	2013
Atividades operacionais						
Lucro líquido antes do imposto de renda, contribuição social e participação dos empregados no lucro do semestre / exercício	4.682.003	11.692.640	11.125.890	5.167.226	13.226.143	12.194.678
Ajustes que não afetam as disponibilidades	(676.606)	(2.862.846)	(2.747.440)	3.810.132	3.563.028	2.299.732
Constituição (reversão) de provisão para risco de crédito	300.992	167.501	57.795	185.555	64.795	(769.336)
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	(15.184)	60.005	81.239	295.432	379.696	111.288
Constituição (reversão) de provisão para ajuste de investimentos	-	-	-	2.478.349	2.814.424	2.045.194
Resultado de participações em coligadas e controladas	(1.462.020)	(3.938.713)	(3.255.548)	(422.438)	(764.570)	51.107
Resultado com instrumentos financeiros derivativos de renda variável	-	-	-	837.727	181.173	(73.271)
Ajuste ao valor justo de títulos de investimentos	-	-	-	1.674	-	(108.546)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(304)
Depreciação	12.526	25.194	27.410	19.572	39.949	36.066
Atualização monetária das obrigações por emissão de debêntures e letras de crédito do agronegócio	487.080	823.167	341.664	414.261	847.561	1.007.534
Varição de ativos e obrigações	(2.326.528)	(28.785.922)	(23.130.827)	(7.483.185)	(31.087.059)	(26.951.736)
. (Aumento) / diminuição líquido em créditos por financiamento	(64.864.744)	(93.470.785)	(74.260.172)	(62.969.131)	(85.890.171)	(72.224.511)
. (Aumento) / diminuição líquido em títulos e valores mobiliários	(8.483.232)	(25.545.849)	9.585.240	(10.753.714)	(24.371.053)	6.926.350
. (Aumento) / diminuição líquido nas demais contas do ativo	(1.534.606)	262.539	(1.758.837)	(4.778.258)	(8.340.439)	(3.875.769)
. Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	55.323.948	96.472.631	62.186.051	55.649.375	96.147.521	61.819.550
. Aumento / (diminuição) líquido de instrumento híbrido de capital	-	860.982	562.465	-	860.982	562.465
. Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por operações compromissadas	21.961.595	5.699.482	(3.298.633)	21.331.087	5.068.974	(3.298.633)
. Aumento / (diminuição) líquido nas demais contas do passivo	(194.030)	(2.798.919)	(616.776)	(574.003)	(3.368.077)	(964.543)
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(2.742.809)	(6.644.863)	(12.363.101)	(3.298.958)	(6.746.223)	(12.307.134)
. IR e CSLL pagos	(1.792.650)	(3.621.140)	(3.167.064)	(2.089.583)	(4.448.573)	(3.589.511)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	1.678.869	(19.956.128)	(14.752.377)	1.494.173	(14.297.888)	(12.457.326)
Atividades de investimentos						
. Aumento de capital BNDES PLC	-	(169.773)	(200.849)	-	-	-
. Adições ao imobilizado	(7.760)	(15.388)	(10.434)	(8.080)	(16.329)	(10.503)
. Adições ao intangível	(8.996)	(18.526)	(6.189)	(8.996)	(18.526)	(6.189)
. Baixas do imobilizado	-	-	1.269	-	-	1.269
. Compra de investimentos	-	-	-	(248.353)	(699.938)	(1.019.226)
. Venda de investimentos	-	-	-	36.065	485.629	45.610
. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas	-	-	635.370	221.529	385.911	441.374
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(16.756)	(203.687)	419.167	(7.835)	136.747	(547.665)
Atividades de financiamentos						
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	4.224.281	22.004.362	15.437.812	4.224.281	22.004.362	15.437.812
. Pagamento de juros sobre capital próprio	-	(931.515)	(1.707.777)	-	(931.515)	(1.707.777)
. Pagamento de dividendos	(1.255.521)	(3.153.689)	(5.290.884)	(1.255.521)	(3.153.689)	(5.290.884)
. Captações por emissão de letras de crédito do agronegócio	(3.576.251)	1.348.226	260.000	1.348.226	1.348.226	260.000
. Captações por emissão de debêntures	4.924.477	4.924.477	-	-	-	-
. Amortização das obrigações por emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	(284.089)	(291.821)	(191.839)	(284.089)	(291.821)	(191.839)
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(429.493)	(859.688)	(896.703)	(429.493)	(3.165.160)	(3.136.385)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	3.603.404	23.040.352	7.610.609	3.603.404	15.810.403	5.370.927
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	5.265.517	2.880.537	(6.722.601)	5.089.742	1.649.262	(7.634.064)
Modificação na posição financeira						
Início do semestre/exercício						
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	2.429.954	4.814.934	11.537.535	2.789.211	6.229.691	13.863.755
Final do semestre/exercício						
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	7.695.471	7.695.471	4.814.934	7.878.953	7.878.953	6.229.691
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	5.265.517	2.880.537	(6.722.601)	5.089.742	1.649.262	(7.634.064)

(1) Inclui Disponibilidades e Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF Transações no exercício sem efeito caixa (Nota 31)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais)

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre de 2014	Exercícios		2º semestre de 2014	Exercícios	
		2014	2013		2014	2013
RECEITAS	37.479.407	55.102.156	51.242.485	40.829.949	61.659.018	58.096.472
Intermediação financeira	36.964.865	54.171.898	50.406.461	39.464.836	58.801.576	55.297.248
Outras receitas	815.534	1.097.759	893.819	1.550.668	2.922.237	2.029.888
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	(300.992)	(167.501)	(57.795)	(185.555)	(64.795)	769.336
DESPESAS	(31.539.700)	(44.322.401)	(41.882.060)	(32.695.800)	(46.810.692)	(43.993.827)
Intermediação financeira	(30.941.783)	(43.270.919)	(40.897.892)	(31.893.202)	(45.352.756)	(43.606.483)
Outras despesas	(597.917)	(1.051.482)	(984.168)	(802.598)	(1.457.936)	(387.344)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.878.401)	(1.994.051)	(258.846)	(2.811.490)	(3.188.646)	(2.365.901)
Materiais, energia e outros	(34.512)	(58.803)	(45.670)	(43.367)	(75.694)	(54.177)
Serviços de terceiros	(119.164)	(210.523)	(213.146)	(169.580)	(298.724)	(266.530)
Perda de valores ativos	(1.724.725)	(1.724.725)	(30)	(2.598.543)	(2.814.228)	(2.045.194)
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.061.306	8.785.704	9.101.579	5.322.659	11.659.680	11.736.744
RETENÇÕES	(12.526)	(25.194)	(27.410)	(19.473)	(39.159)	(36.066)
Depreciação	(12.526)	(25.194)	(27.410)	(19.473)	(39.159)	(36.066)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	4.048.780	8.760.510	9.074.169	5.303.186	11.620.521	11.700.678
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.462.020	4.537.754	3.636.501	1.060.964	4.036.919	2.730.069
Resultado de equivalência patrimonial	1.462.020	3.938.713	3.255.548	422.438	764.570	(51.107)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	599.041	380.953	638.526	3.272.349	2.781.176
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	5.510.800	13.298.264	12.710.670	6.364.150	15.657.440	14.430.747
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	5.510.800	13.298.264	12.710.670	6.364.150	15.657.440	14.430.747
Pessoal e encargos	398.518	7,2%	788.818	5,9%	843.994	6,6%
- Remuneração direta	249.143		518.562		531.156	
- Benefícios	129.168		228.951		226.972	
- FGTS	19.038		40.011		63.339	
- Outros	1.169		1.294		22.527	
Impostos, taxas e contribuições	1.812.413	32,9%	3.709.437	27,9%	3.518.330	27,7%
- Federais	1.805.076		3.693.001		3.505.782	
- Estaduais	17		17		26	
- Municipais	7.320		16.419		7.523	
Aluguéis	21.306	0,4%	49.961	0,4%	66.051	0,5%
Participação dos empregados nos lucros	156.335	2,8%	156.335	1,2%	132.027	1,0%
Juros sobre capital próprio e dividendos	5.379.671	97,6%	5.379.671	40,5%	3.807.778	30,0%
Lucros retidos	(2.257.443)	-40,9%	3.214.042	24,1%	4.342.490	34,2%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Ivan João Guimarães Ramalho – Presidente
Luciano Galvão Coutinho – Vice-Presidente
Joaquim Vieira Ferreira Levy
Vagner Freitas de Moraes
Nelson de Almeida Prado Hervey Costa
José Eduardo Martins Cardozo
José Aldo Rebelo Figueiredo
Mauro Luiz Lecker Vieira
Eva Maria Cella Dal Chivon
William George Lopes Saab

CONSELHO FISCAL:

Marco Antônio de Oliveira
Paulo Fontoura Valle
Eduardo Coutinho Guerra – Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA:

João Paulo dos Reis Velloso
Attilio Guaspari
Paulo Roberto Vales de Souza

DIRETORIA:

Luciano Galvão Coutinho – Presidente
Wagner Bittencourt de Oliveira – Vice-Presidente
Roberto Zurli Machado
Maurício Borges Lemos
Julio César Maciel Ramundo
José Henrique Paim Fernandes
Fernando Marques dos Santos
João Carlos Ferraz

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA:

Selmo Aronovich

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:

Carlos Frederico Rangel de Carvalho Silva - CRC-RJ 087956/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Banco"), identificadas como BNDES e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota Explicativa nº.13.1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2014 o Banco registrou na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, desvalorização de investimentos em ações ordinárias e preferenciais de um emissor, com base no valor de mercado dessas ações, em função da sua classificação na categoria disponível para venda. Do total dessa desvalorização, em 31 de dezembro de 2014, o Banco com base em avaliação econômico-financeira preparada por sua Administração, considerou como perdas de caráter permanente, o montante líquido dos respectivos efeitos tributários de aproximadamente R\$2,6 bilhões, dos quais R\$1 bilhão foi reclassificado como perda para o resultado do exercício e R\$1,6 bilhão foi mantido na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, conforme

requerido pela Resolução nº 4.175/12 do Conselho Monetário Nacional. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que tem por objetivo a apresentação adequada da posição patrimonial e financeira, do desempenho operacional e dos fluxos de caixa, requerem que as perdas de caráter permanente sejam reconhecidas no resultado do período em que ocorrerem. Conseqüentemente, o lucro líquido individual e consolidado do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014 está aumentado em R\$1,6 bilhão, líquido dos efeitos tributários

Adicionalmente, a parcela da desvalorização considerada como perda de caráter permanente de aproximadamente R\$2,6 bilhões, acima descrita, foi determinada pela Administração do Banco por intermédio de avaliação econômico-financeira. Devido à falta de divulgação, pelo emissor das ações, de demonstrações financeiras revisadas ou auditadas contemplando os efeitos das possíveis perdas que estão sendo apuradas, do seu plano de negócios atualizado e redimensionado, bem como à outras incertezas significativas, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para algumas premissas utilizadas nessa avaliação econômico-financeira. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar se teria havido a necessidade de ajustes ao valor definido pela Administração como perda de caráter permanente em 31 de dezembro de 2014.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no primeiro parágrafo da Base para opinião com ressalva e pelos possíveis efeitos do assunto descrito no segundo parágrafo da Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelo Banco Central do Brasil, que não requer a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no primeiro parágrafo da Base para opinião com ressalva e pelos possíveis efeitos do assunto descrito no segundo parágrafo da Base para opinião com ressalva, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ 083314/O-7



PARECER N.º 01 / 2015 – CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22 do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, examinou o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2014 e, com base em seu exame e nas informações disponíveis, assim como no Parecer dos Auditores Externos KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 24/3/15, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES, em 31/12/14, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou a proposta da Diretoria de destinação do lucro do exercício (R\$ 8.593.713.755,83) já contemplada nas demonstrações financeiras, a seguir discriminada:

- 5%, correspondentes a R\$ 429.685.687,79 (quatrocentos e vinte e nove milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e sete reais e setenta e nove centavos), para a constituição da Reserva Legal;
- 25%, após constituição da Reserva Legal, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 2.041.007.017,01 (dois bilhões, quarenta e um milhões, sete mil, dezessete reais e um centavo), integralmente pagos ao longo do exercício de 2014, dos quais R\$ 983.678.803,71 (novecentos e oitenta e três milhões, seiscentos e setenta e oito mil, oitocentos e três reais e setenta e um centavos) na forma de Juros Sobre Capital Próprio - JCP;

- 15%, após constituição da Reserva Legal, no valor de R\$ 1.224.604.210,21 (um bilhão, duzentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e quatro mil, duzentos e dez reais e vinte e um centavos), para a constituição de Reserva para Futuro Aumento de Capital;

- R\$ 3.338.664.277,68 (três bilhões, trezentos e trinta e oito milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, duzentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos) a título de dividendos complementares, integralmente pagos ao longo do exercício de 2014, com base no balanço encerrado em 30/6/14; e

- R\$ 1.559.752.563,14 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e nove milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta e três reais e quatorze centavos), equivalentes ao saldo remanescente do lucro acumulado no exercício, para a constituição de Reserva de Margem Operacional, que contempla os recursos necessários à remuneração potencial dos Instrumentos Elegíveis a Capital Principal (IECPs) a ser oportunamente deliberada pela Administração.

A propósito, o Conselho entende que a proposição da Diretoria apresenta-se adequada em face da atual estrutura de capital da empresa, estando em condições de ser submetida ao Conselho de Administração do BNDES.

Rio de Janeiro (RJ), 26 de março de 2015

Marco Antonio de Oliveira
Eduardo Coutinho Guerra

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1- INTRODUÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, por meio do Decreto n.º 5.212, de 22 de setembro de 2004, teve o seu Estatuto Social alterado para o fim de instituir o Comitê de Auditoria. Posteriormente, por meio do Decreto n.º 6.322, de 21 de dezembro de 2007, alterou novamente seu Estatuto Social para adaptar a composição do Comitê de Auditoria ao que estabelece a Resolução n.º 3.416, de 24 de outubro de 2006, do Conselho Monetário Nacional.

Conforme faculta o *caput* do artigo 11, da Resolução n.º 3.198, do Banco Central do Brasil, de 27 de maio de 2004, foi adotado o formato de comitê único para as empresas que compõem o Sistema BNDES.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, tem independência no exercício de suas atribuições e sua atuação é permanente. Atualmente é composto por três membros, sendo que o seu coordenador atualmente é membro do Conselho de Administração da BNDESPAR, já tendo exercido diversos mandatos em Conselhos de Administração das empresas do Sistema BNDES.

O Comitê reúne-se ordinariamente, uma vez por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Para as avaliações que requerem maior grau de aprofundamento, bem como análise de documentação e de procedimentos, um de seus membros realiza esse trabalho de campo e depois reporta aos demais membros do Comitê.

2- ATIVIDADES

Durante o exercício de 2014, ocorreram reuniões do Comitê de Auditoria, ou de um de seus membros, com executivos e dirigentes do Sistema BNDES, seja para tratar de aspectos gerais relacionados a controles internos, seja para tratar de questões específicas.

Entre as matérias que vêm sendo tratadas no âmbito do Comitê, destacam-se:

- evolução e desenvolvimento das atividades relacionadas à Gestão de Risco, desempenhadas por uma unidade específica, denominada de Área de Gestão de Risco, bem como pelo Comitê de Gestão de Riscos constituído por membros da Diretoria do Sistema BNDES;
- desenvolvimento de projeto de reformulação operacional conjunta com a plataforma de Tecnologia de Informação, que objetiva obter uma maior integração entre processos e tecnologia; aumentar a flexibilidade, com segurança; e favorecer a eficiência e agilidade operacional. Esse projeto, de Gestão Integrada de Recursos, denominado de AGIR, é conduzido por uma secretaria executiva, e conta com o suporte de uma consultoria externa;
- atividades no âmbito da unidade de Tecnologia de Informação e Processo;
- atividades da Ouvidoria, que passou por um processo de reformulação e aprimoramento;
- procedimentos relacionados à aplicação das normas internacionais de elaboração de demonstrações financeiras *International Financial Reporting Standards* (IFRS);
- avaliação e acompanhamento das medidas tomadas no âmbito do Sistema BNDES para aprimorar o controle das operações de crédito agrícola, conduzidas por agentes financeiros, quando das alterações de sua condições contratuais (renegociações) por conta de decisões emanadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- política do Sistema no apoio ao fortalecimento e internacionalização do setor frigorífico.
- acompanhamento da evolução do Planejamento Estratégico;
- estrutura da rentabilidade das operações do Sistema, tanto no que diz respeito às operações de empréstimos e financiamentos como nas operações no mercado de capitais;
- acompanhamento da evolução do Patrimônio Líquido e da política de remuneração ao acionista;
- acompanhamento dos trabalhos relativos à estrutura de gerenciamento de capital e ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (*Internal Capital Adequacy Assessment Process - Icaap*), conforme previsto na Resolução BACEN n.º 3.988, de 30 de junho de 2011;
- avaliação de riscos relacionados a operações de financiamento de bens e serviços no exterior; e
- acompanhamento da evolução de processos judiciais relevantes.

O Comitê de Auditoria reuniu-se também com os representantes da KPMG, empresa que presta serviços de auditoria independente para o Sistema BNDES. Nessas reuniões foram analisados e discutidos os relatórios e pareceres emitidos pela empresa de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, suas subsidiárias a BNDES Participações S/A – BNDESPAR e a Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame e dos fundos administrados pelo BNDES.

As reuniões ocorreram tanto quando da análise das demonstrações do exercício de 2013, como quando da análise das demonstrações trimestrais (primeiro e terceiro trimestres), do primeiro semestre e do exercício de 2014.

Desde 2010, a BNDESPAR apresenta suas demonstrações financeiras segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* – IFRS, de conformidade com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em atenção ao que dispõem as Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, e de conformidade com as normas e procedimentos contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com relação às demonstrações do BNDES, individual e consolidada, suas normas são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN. Ocorre que o BACEN ainda não homologou todos os pronunciamentos contábeis, que regulamentam as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, para as instituições financeiras. Não obstante, a Administração do BNDES optou por já incorporar todos os aspectos desses pronunciamentos que não sejam conflitantes com as normas bancárias, de forma a reduzir as diferenças de práticas contábeis. Adicionalmente, o BNDES tem obrigação de divulgar suas demonstrações financeiras anuais segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* – IFRS. Essa divulgação se dá no site do BNDES.

A adoção do IFRS, no âmbito do Sistema BNDES, trouxe, como mudança mais significativa, a alteração do critério de contabilização do investimento em participações societárias que não se caracterizam como investimentos em coligadas. Entre os títulos constantes dessa carteira, destacam-se as ações da Petrobrás, do Grupo Vale e da Eletrobrás.

Esses investimentos passaram a ser classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, no grupo de Títulos e Valores Mobiliários, e sua contabilização passou a ser pelo método do valor justo, com contrapartida das variações em conta do Patrimônio Líquido - PL. Essa mudança acarretou, no exercício de sua adoção (2010), uma grande majoração no valor da carteira (R\$ 43,3 bilhões) e no PL (R\$ 29,4 bilhões), e, para os exercícios seguintes, uma volatilidade nas contas envolvidas.

No exercício de 2014, esta carteira sofreu desvalorização, acompanhando as cotações da Bolsa de Valores, contribuindo para um efeito redutor de R\$ 13,8 bilhões no Patrimônio Líquido, na conta de "Ajuste de Avaliação Patrimonial".

O parecer da KPMG, relativo ao exercício de 2014, foi emitido com ressalva.

A ressalva é relacionada ao reconhecimento de perdas decorrentes da desvalorização de investimentos em ações ordinárias e preferenciais da Petrobrás, classificadas como Ativos Disponíveis para Venda, em função do valor de mercado dessas ações. O Banco elaborou uma avaliação econômico-financeira para dimensionar as perdas por *impairment* com esses títulos.

Com base nessa avaliação, foi identificada uma perda, de caráter permanente, no âmbito da Circular BACEN 3.068/01, de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões, já descontados os respectivos efeitos tributários. Desse total, R\$ 1,0 bilhão foi lançado como perda no Resultado do exercício e R\$ 1,6 bilhão, conforme determinado pela Resolução n.º 4.175/12 do Conselho Monetário Nacional – CMN, foi mantido na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, sem transitar pela conta de Resultados.

Referida Resolução, do CMN, estabelece que o ajuste a valor de mercado de certas ações recebidas pelo Sistema BNDES, em transferência da União para aumento de capital e classificadas na categoria Disponível para Venda, deve ser apresentado em conta destacada no Patrimônio Líquido, denominada Ajuste de Avaliação Patrimonial, incluindo as perdas consideradas permanentes. Essas perdas transitarão pelo Resultado do exercício apenas quando da venda ou transferência do respectivo ativo.

A avaliação levada a cabo pelo Banco, no entanto, não pode ser validada pelos auditores independentes devido à falta de divulgação, pelo emissor das ações, de demonstrações financeiras revisadas ou auditadas contemplando os efeitos das possíveis perdas que estão sendo apuradas e do seu plano de negócios atualizado e redimensionado, bem como à existência de outras incertezas significativas. Dessa forma, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para algumas das premissas utilizadas na avaliação econômico-financeira.

De se destacar que o Banco atualiza essa avaliação trimestralmente, sempre com base nos últimos dados disponibilizados pelo emissor, e que as avaliações em trimestres anteriores não foram objeto de ressalva.

O lançamento de perdas na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, sem transitar pela conta de Resultados, embora autorizado por Resolução do CMN, é uma prática que também tem resultado em ressalva por parte dos auditores. Assim, eles entendem que o Lucro Líquido individual e consolidado e a conta de Lucros Acumulados, do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, deveriam estar reduzidos em R\$ 1,6 bilhão, líquido dos efeitos tributários, bem como a conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial deveria estar aumentada de igual valor.

No exercício de 2014 destacam-se os seguintes aspectos:

- Ativo Total do Sistema BNDES de R\$ 877,3 bilhões, composto por R\$ 651,2 bilhões (74,2%) em Operações de Créditos e Repasses, R\$ 152,0 bilhões (17,3%) em Títulos e Valores Mobiliários e R\$ 66,1 bilhões (7,6%) em Outros Ativos. O Patrimônio Líquido, de R\$ 66,3 bilhões, corresponde a 7,6 % do Ativo Total. O Resultado Líquido do exercício foi de R\$ 8,6 bilhões, o que equivale a um retorno de 1,04 % do Ativo Total Médio e a 13,05 % do Patrimônio Líquido Médio;
- captação de R\$ 60 bilhões junto ao Tesouro Nacional, perfazendo um total de R\$ 453,5 bilhões captados dessa fonte desde 2008;
- Renegociação com o Tesouro Nacional de contratos no valor de R\$ 20,5 bilhões, dos quais R\$ 15,5 bilhões compunham o Capital Regulamentar (Patrimônio de Referência) como Capital Complementar, que passaram a ser classificados no Patrimônio Líquido como Instrumento Elegível a Capital Principal nos termos da Resolução CMN n.º 4.192 e autorização do Banco Central. Em 31 de dezembro de 2014, essa conta totalizava R\$ 35,5 bilhões;
- Pagamento de remuneração ao acionista no valor de R\$ 9.055 milhões, dos quais R\$ 3.821 milhões referentes a dividendos complementares relativos ao exercício de 2013 e R\$ 5.234 milhões de dividendos intermediários do exercício de 2014, pagos com base no balanço de 30/6/14. Dos dividendos intermediários, uma parcela de R\$ 984 milhões foi paga na forma de Juros sobre Capital Próprio – JCP.
- Registro de perdas por *impairment* na carteira de Títulos e Valores Mobiliários, transitando pelo Resultado, no valor de R\$ 2,8 bilhões (R\$ 1,75 bilhão líquido dos efeitos tributários, do qual R\$ 1,04 bilhão referente ao investimento na Petrobrás). No caso da Petrobrás houve também o registro de uma perda de R\$ 2,58 bilhões (R\$ 1,60 bilhão líquido dos efeitos tributários), que foi lançada diretamente em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, sem transitar pela conta de Resultados, conforme determinado pela Resolução n.º 4.175/12 do Conselho Monetário Nacional – CMN,
- Receita com dividendos e Juros sobre o capital próprio em 2014 e 2013 de R\$ 3,2 bilhões e R\$ 2,8 bilhões, respectivamente, sendo o conjunto de empresas formado por Petrobrás, Vale/Valepar e Eletrobrás responsável por 85,1% e 82,4% deste total; e
- Resultado com alienação de investimentos no valor de R\$ 1,7 bilhão.

A carteira de empréstimos e financiamentos continua apresentando uma posição saudável, com 99,7% de seus créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, contra uma média de 93,2% no Sistema Financeiro Nacional. Importa ressaltar que, no exercício de 2014, não houve perdas por provisionamentos significativos em função de mudanças na classificação de risco das empresas/projetos que compõem a carteira de operações de crédito. Naquele exercício o Sistema BNDES registrou despesa com provisão para risco de crédito no valor de R\$ 65 milhões.

Com relação aos índices operacionais prudenciais, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, o Sistema BNDES encontra-se enquadrado, conforme o demonstrado a seguir: índice de Basileia de 15,9% (contra 18,7%, 15,4% e 20,6%, em dezembro de 2013, 2012 e de 2011, respectivamente), quando o mínimo é 11%; Índice de Exposição Cambial de 4,8% quando o teto máximo é de 30%; Índice de Exposição ao Setor Público de 26,2% (17,5%, 21,2% e 16,3% em dezembro de 2013, 2012 e 2011, respectivamente), contra um limite superior de 45%; e, finalmente, Índice de Imobilização de 11,4% sendo que o limite máximo é 50%.

Foi constatado que os exames das auditorias, tanto a interna como a independente, não registraram ocorrências que pudessem caracterizar descumprimento dos dispositivos legais, regulamentares e normativos aplicáveis ao Sistema BNDES.

Com base nos esclarecimentos prestados durante as reuniões e na análise dos documentos recebidos, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração que se manifeste favoravelmente à aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2014.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2015.

João Paulo dos Reis Velloso
Coordenador

Attilio Guaspari
Membro

Paulo Roberto Vales de Souza
Membro